

Plano de Implementação do Novo Ensino Médio da rede estadual de ensino do Tocantins

Uma política educacional de tamanha complexidade como a do Novo Ensino Médio demanda o envolvimento de diversos setores da Secretaria. E a união dessas partes para o êxito da implementação é essencial, subsidiando a gestão com apoio técnico e informações de forma a se proporcionar uma visão holística para a tomada de decisão.

O Ensino Médio no Tocantins vem passando por reformulações em vários campos pedagógicos, entre esses, o da organização curricular, visando melhoria da qualidade do ensino ofertado e, conseqüentemente, da aprendizagem dos seus estudantes, bem como o cumprimento do que rege a legislação vigente.

Nessa perspectiva, a Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes – Seduc-TO aderiu em 2012, ao Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, inicialmente com 24 (vinte e quatro) escolas de Ensino Médio, sendo que 21 funcionaram com jornada de 5 horas de estudos e 03 com jornada de 7 horas. Em 2013, atingiu 100% das escolas que ofertavam o referido nível de ensino.

Em 2013, aderiu ao Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, que tinha como objetivos: 1) promover melhoria da qualidade do Ensino Médio; 2) ampliar os espaços de formação de todos os profissionais envolvidos nesta etapa da educação básica; 3) desencadear um movimento de reflexão sobre as práticas curriculares que se desenvolvem nas escolas e; 4) fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Na implementação do Pacto, duas ações estratégicas foram articuladas, o redesenho curricular, em desenvolvimento na escola, por meio do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI e a Formação continuada, que capacitou no

Tocantins 3.947 Professores e Coordenadores Pedagógicos, na modalidade presencial, com carga horária de 200 horas realizadas em duas etapas, com término em 2014. A Formação foi garantida para todas as escolas que tinham pelo menos, cinco professores de Ensino Médio.

O Plano Estadual da Educação aprovado em 2014, traz na Meta 4, estratégia 4.2, a revisão da Proposta Curricular e implementação do referencial curricular para o Ensino Médio. O documento deve contemplar a identidade cultural e as especificidades da educação escolar para as populações do campo, povos indígenas e comunidades quilombolas, assegurada na perspectiva inclusiva e na educação humana e integral.

Assim, no ano de 2015, a Seduc-TO iniciou o trabalho de “ressignificação curricular” com ênfase na parte diversificada do currículo, considerando os contextos das comunidades escolares e regionalidades. Para tanto, foram realizadas formações nas Diretorias Regionais de Educação, para Coordenadores e Assessores de Currículo. No momento foi realizado o levantamento dos arranjos produtivos locais, sendo destacado pelos assessores as potencialidades regionais e as possibilidades de trabalhar um currículo integrado e o mais próximo possível da realidade dos estudantes. A aplicação de reformas e implementações tem como objetivo a primazia pelo pleno desenvolvimento do estudante, e nesse contexto o novo ensino médio representa uma reforma na estrutura do atual sistema de ensino do país com o objetivo de aproximar os alunos das transformações do mercado de trabalho, possibilitando uma formação emancipadora.

A principal proposta da reforma do ensino médio é estabelecer uma estrutura curricular comum a todas as escolas, que será definida através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outra mais flexível, organizada pelo estudante, que possibilitará maior autonomia para os alunos definirem os rumos da sua educação, de acordo com os seus interesses e afinidades pessoais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares.

O documento integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento do currículo.

Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

A partir da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, é tarefa dos Estados e Municípios realizar a adaptação dos seus Referenciais Curriculares para atender ao que é requerido na legislação federal. Para tanto, o governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes em regime de colaboração com os municípios, escolas, comunidades escolares, Conselho Estadual da Educação, Sindicato dos Professores do Estado do Tocantins, UNDIME, UNCME, instituições de ensino

superior, instituições de ensino técnico, associações, entre outros, irá adequar o Documento Referencial Curricular do Ensino Médio do Estado do Tocantins, a partir dos pressupostos contidos na BNCC.

Dentre as ações de apoio e fomento para a implementação do novo ensino médio - PNEM, a Seduc-TO fez adesão ao Programa Novo Ensino Médio em 2019, implantado em 56 (cinquenta e seis) escolas-piloto definidas conforme critérios estabelecidos pela Portaria Nº 649, de 10 de julho de 2018. Vale ressaltar que essas unidades escolares foram selecionadas e informadas oficialmente ao Ministério da Educação-MEC.

O programa PNEM, tem como objetivos fomentar:

- Ampliação da carga horária de 800 para 1.000 horas anuais;
- Centralidade do projeto pedagógico para os estudantes;
- Protagonismo Juvenil;
- Projeto de Vida;
- Desenvolvimento integral (físico, intelectual, social, cultural e emocional);
- Flexibilização curricular – Itinerários Formativos.

A reforma do ensino médio no Tocantins iniciou com a homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A partir dessa norma curricular a Seduc-TO elaborou o Documento Curricular do Território – DCT-TO, etapa Ensino Médio. No ano de 2019, atuaram diretamente na construção do documento por meio da equipe ProBNCC, professores e colaboradores da rede estadual de ensino, com representatividade das instituições de ensino superior e IFs. Iniciou-se em 2019 a reelaboração do DCT-TO, etapa Ensino Médio e dos Itinerários Formativos - IF para o Novo Ensino Médio, contemplando a identidade cultural e as especificidades da educação escolar para as populações urbanas, campo, povos indígenas e comunidades quilombolas asseguradas na perspectiva inclusiva e na educação humana e integral diante das escutas e escolhas dos estudantes.

Esse documento curricular para a etapa do Ensino Médio foi submetido à consulta pública durante o Seminário virtual "Políticas Públicas à Sala de Aula: currículo e avaliação no contexto da pandemia". Nesse evento virtual foi disponibilizado à consulta pública do Documento Curricular do Tocantins - DCT/TO, etapa Ensino Médio.

Em virtude das medidas governamentais de prevenção ao contágio da COVID-19, o evento foi adequado ao cenário de distanciamento físico, oportunizando participação de professores, pais e estudantes utilizando mecanismo de publicidade e transparência, por meio das redes sociais, site da Seduc-TO e realização de Lives com transmissão no canal Youtube para apresentar o DCT-TO etapa Ensino Médio composto pela Formação Geral Básica e Trilhas de Aprofundamento voltados para o Ensino Médio, fundamentado à BNCC com intuito de obter sugestões, contribuições e críticas da sociedade no que tange aos documentos.

Desta forma, a sociedade civil participou por meio de consulta pública na construção do DCT-TO, etapa Ensino Médio, principalmente os profissionais de educação que trabalham diretamente com atividades voltadas para o ensino e aprendizagem dos estudantes. Após a compilação das contribuições feitas pela sociedade, o documento curricular foi enviado para o Conselho Estadual de Educação do Tocantins - CEE/TO para apreciação e aprovação. A Seduc-TO aguarda os trâmites do processo e após homologação do documento curricular se dará a fase de implementação do currículo escolar no território do Tocantins. É válido ressaltar que o DCT-TO, etapa Ensino Médio foi construído pela equipe ProBNCC composta por coordenadores e redatores de área de conhecimento e contou com a participação de colaboradores e sociedade civil tocantinense. Ainda, o DCT-TO, etapa Ensino Médio foi submetido a análise pelo Instituto Reúna que emitiu parecer técnico pedagógico favorável ao documento curricular (Formação Geral Básica e as trilhas de aprofundamento que compõem o Itinerário Formativo).

Nesse contexto, seguem abaixo as ações que compõem o PLI - Tocantins, já realizadas no período de 2019 a 2021, são:

1. Estrutura do Documento Curricular do Território do Tocantins :

O Documento Curricular de Território do Tocantins - etapa Ensino Médio está estruturado em quatro cadernos, sendo:

Caderno 1 - Disposições Gerais.

Caderno 2 - Formação Geral Básica.

Caderno 3 - Itinerários Formativos: Trilhas de Aprofundamento por área de conhecimento e Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPT.

Caderno 4 - Itinerários Formativos: Eletivas e Projeto de Vida.

O Documento Curricular do Tocantins - DCT/TO, etapa Ensino Médio após análise pela equipe técnica do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO, foi aprovado em plenária no dia 25 de novembro de 2021, com previsão para homologação em março de 2022.

De modo que em atendimento a Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021 Art 4º o estado do Tocantins implementará, no ano de 2022, o documento curricular supracitado, de forma gradual na 1ª série do ensino médio; no ano de 2023 a implementação acontecerá nas 1ª e 2ª séries do ensino médio e no ano de 2024 em todos os anos do ensino médio.

Dessa maneira, 294 (duzentos e noventa e quatro) escolas do Ensino Médio e os 45.594 estudantes da rede pública estadual de ensino do estado do Tocantins terão uma nova organização curricular composta por Formação Geral Básica, sendo desenvolvida por quatro áreas do conhecimento e Itinerários Formativos, na parte flexível do currículo.

2. Flexibilização Curricular:

No ano de 2017, adotou-se no Tocantins a Estrutura Curricular para o Ensino Médio – Curso Médio Básico em Regime de Tempo Integral – Projeto de Implementação do processo de apoio à aprendizagem, com fundamento na Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, que institui o Programa de

Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.

Aprovada pela Resolução CEE/TO nº 11/2017, a Estrutura Curricular para o Ensino Médio – Curso Médio Básico em Regime de Tempo Integral – Projeto de Implementação do processo de apoio a aprendizagem permanece vigente (2022) nas 26 escolas de Tempo Integral (Fomento), integralizando no percurso de 3 anos com um total de 5.400 horas/aula, subdivididas em 1.800 horas/aula em cada ano letivo, ofertas em aulas de 50 minutos, das 7h30min às 17 horas, sendo que as Eletivas e o Estudo Orientado integralizam 480 horas/aulas no percurso formativo.

Em 2022, para atendimento de 7.873 estudantes, são 29 escolas do Programa de Fomento Federal às Escolas de Ensino Médio em Regime de Tempo integral com estruturas curriculares atualizadas para as 1ª séries dos NEM e mais 03 escolas de Ensino Médio que não compõem o Programa de Fomento, mas utilizam a matriz de ensino médio em regime de tempo integral.

O Território do Tocantins iniciou em 2019 a mudança curricular do Novo Ensino Médio, de tempo parcial, em 56 Escolas-Piloto, nas quais foram implementadas 1.000 horas/ano (correspondente a 1200 h/a de 50 min) na “Estrutura Curricular”, na qual a Parte Diversificada do Currículo é composta por três componentes curriculares obrigatórios: Projeto de Vida (200h/a), Iniciação Científica e Pesquisa (160h/a) e Protagonismo juvenil (120h/a).

A Parte Eletiva é composta por sete Componentes Curriculares entre os quais a escola deverá eleger um componente (12h/a) para composição de sua Estrutura Curricular, de acordo com o interesse da comunidade escolar, as demandas e potencialidades da região ou do município. No processo de escolha deve-se levar em consideração a estrutura física da escola e a disponibilidade de professores com formação/habilidades afins.

As Estruturas Curriculares do Ensino Médio - Curso Médio Básico, do Programa Novo Ensino Médio, propostas pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, neste Estado para atender 56 escolas-piloto do

Programa Novo Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino foram aprovada pela Resolução nº 087, de 25 de março de 2020, publicada no Diário Oficial Nº 5.589, de 28 de abril de 2020, como se especificam a seguir:

- I. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Diurno;
- II. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Escola do Campo - Diurno;
- III. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Educação Indígena - Noturno e Contraturno; e
- IV. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Educação Indígena - Diurno

No ano 2021, por meio da Resolução CEE/TO nº 149, de 21 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 5972, de 24 de novembro de 2021; Resolução CEE/TO nº 181, de 19 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 5978, de 02 de dezembro de 2021; e Resolução CEE/TO nº 182, de 19 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 6017, de 27 de janeiro de 2022, houve alteração nas Estruturas Curriculares das escolas-piloto, nas quais foram ofertadas duas Eletivas.

Em 2022 houve avanços quanto à escolha de eletivas e a introdução de trilhas de aprofundamento na 3ª série do Ensino Médio, nas Estruturas Curriculares das 56 Escolas-Piloto.

A seguir, os documentos regulatórios dessa experiência de flexibilização curricular nas 56 Escolas-Piloto no Território:

- Resolução nº 087, de 25 de março de 2020, publicada no Diário Oficial Nº 5.589, de 28 de abril de 2020. Aprova as Estruturas Curriculares do Ensino Médio - Curso Médio Básico, do Programa Novo Ensino Médio, propostas pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, neste Estado para atender 59 escolas-piloto do Programa Novo Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino; como se especificam a seguir:

- I. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Diurno;
- II. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Escola do Campo - Diurno;
- III. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Educação Indígena - Noturno e Contraturno;
- IV. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Educação Indígena - Diurno.

- Resolução CEE/TO nº 149, de 21 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 5972, de 24 de novembro de 2021. APROVA as Estruturas Curriculares do Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico, propostas pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes para atender às 59 escolas-piloto do Programa Novo Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino, com vigência a partir de 2019, conforme se especifica a seguir:

- I. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Diurno;
- II. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Escola do Campo - Diurno;
- III. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Educação Indígena - Noturno e Contraturno;
- IV. Estrutura Curricular para o Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico - Educação Indígena - Diurno.

- Resolução CEE/TO nº 181, de 19 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 5978, de 02 de dezembro de 2021. APROVA a Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio - Curso Médio Básico, proposta pelo Colégio Presbiteriano Mackenzie Palmas, em Palmas, neste Estado;

- Resolução CEE/TO nº 182, de 19 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 6017, de 27 de janeiro de 2022. APROVA a Estrutura Curricular do Ensino Médio - Curso Médio Básico, do Programa Novo Ensino Médio,

proposta pela Secretaria da Educação Juventude e Esportes para atender 59 escolas-piloto do Programa Novo Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino, neste Estado.

- Portaria-Seduc nº 1005, de 30 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial Nº 5654, de 30 de julho de 2020. CREDENCIA as Unidades Escolares das Redes Estadual e Privada, e as Escolas Públicas Municipais, que não possuem Sistema de Ensino próprio instituído, para ofertar as modalidades e os níveis de ensino inseridos no (Anexo I) PORTARIA-SEDUC Nº 2368, de 8 de outubro de 2019 - Escolas credenciadas.

- PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS - ENSINO HÍBRIDO/ I Encontro Formativo para as Escolas – Pilotos do Novo Ensino Médio – NEM - suplemento - DIÁRIO OFICIAL Nº 5.846, de 14 de maio de 2021.

2.1 Resultados das escolas-piloto 2019 - 2021:

O Novo Ensino Médio oportunizou novas formas de organização curricular, considerando as especificidades locais, as reais necessidades e expectativas dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e o fortalecimento do seu projeto de vida.

Considerando o princípio de Flexibilização Curricular o DCT - TO, etapa Ensino Médio, por meio de seus organizadores curriculares (Planilha de Aprendizagens Essenciais), optou-se pela não seriação, oportunizando à escola a organização das Habilidades (Formação Geral Básica) a partir da definição de seu Currículo Escolar e Projeto Político Pedagógico, sendo necessária atenção especial à progressão das aprendizagens. No caso dos Itinerários Formativos, a Construção das Trilhas de Aprofundamento contou com a participação de estudantes e comunidade escolar, por meio de duas Escutas Ativas realizadas pela Seduc-TO, garantindo que as escolhas dos estudantes fossem atendidas. As Unidades Curriculares Eletivas são possibilidades que os estudantes terão também para construir seu próprio percurso formativo.

3. Governança

A Portaria-Seduc Nº 973, de 20 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial nº 5650, de 24 de julho de 2020, institui o Comitê de Implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Tocantins, cujas atribuições do Comitê são:

I - Propor ações no âmbito da implementação da Lei de Reforma do Ensino Médio;

II - Coordenar as iniciativas e articular as ações no âmbito da Secretaria;

III - Definir metas de curto, médio e longo prazos;

IV - Estabelecer metodologias de monitoramento e avaliação e aplicá-las.

O Comitê é composto por 8 (oito) servidores da Pasta e é coordenado pela servidora Amanda Pereira Costa. O Comitê ainda poderá, quando houver necessidade, criar grupos de trabalho para estudar, propor, detalhar e analisar assuntos específicos pertinentes as suas atribuições.

O Comitê de Implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Tocantins, em corresponsabilidade com as ações da Superintendência de Educação Básica e demais setores a ela vinculados (Diretoria de Educação Básica e Gerência de Ensino Médio – Seduc-TO, Gerências de Ensino Integral e Gerência de Currículo e Avaliação da Aprendizagem) são diretamente responsáveis por ações afins às dimensões deste plano com ações intersetoriais voltadas para a implementação curricular do novo ensino médio a partir de 2022 nas escolas do território do Tocantins.

Além do Comitê de Implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Tocantins, a Superintendência de Educação Básica em parceria aos demais setores desta Pasta são corresponsáveis pelas ações afins às dimensões deste plano de implementação curricular do novo ensino médio, nas 13 Diretorias Regionais de Educação e suas 294 Escolas de Ensino Médio do Tocantins cujas atribuições são previamente definidas no Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT/TO) - Etapa Ensino Médio, a saber:

- A Seduc-TO realiza desde 2019 ações de formação continuada via meet sobre as principais mudanças no currículo do novo ensino médio e encaminha às escolas, via Regionais de Educação, documentos orientadores para a implementação do NEM;
- Nas 13 Diretorias Regionais de Educação, além dos gestores, são responsáveis diretos pela implementação do Novo Ensino Médio os Assessores de Currículo e setores como: Legislação e Normas; Monitoramento, Fiscalização e Supervisão Escolar; Orientadores Educacionais, entre outros;

Em 2022, nas 294 escolas, os gestores escolares, secretários escolares, coordenação pedagógica, orientadores educacionais e professores de cada escola da rede estadual que oferta o Novo Ensino Médio são os responsáveis diretos pela implementação do novo currículo aos estudantes, conforme orientações do DCT, Etapa Ensino Médio.

Todos esses atores das áreas administrativa, pedagógica e suporte têm como atribuições a realização das ações e atividades relacionadas nas Instruções Normativas publicadas no Diário Oficial do TO, bem como, nos demais documentos orientadores elaborados/publicados pela Seduc-TO.

4. Arquitetura Curricular

Conforme o Documento Curricular do Território do Tocantins - DCT/TO, etapa Ensino Médio, a Arquitetura Curricular do Novo Ensino Médio adota 3.000 horas que, convertidas em horas/aula de 50 minutos, totalizam/integralizam 3.600 horas/aula. Assim, no percurso formativo (1^a a 3^a séries/EM) a Formação Geral Básica (Parte Obrigatória/BNCC) totaliza 2.160 horas/aula e os Itinerários Formativos (Parte Flexível) totalizam 1.440 horas/aula.

A oferta dos Itinerários Formativos apresentam variações nos prazos e nas cargas horárias dispostas nas Estruturas Curriculares das modalidades atendidas no Território (Tempo Parcial, Tempo Integral, Educação Profissional e Técnica - EPT, Campo, Campo - Quilombola, Indígena e EJA - 3^o

segmento) para atender as legislações específicas de cada modalidade de ensino.

Na Arquitetura do Novo Ensino Médio, a Formação Geral Básica (BNCC) e os Itinerários Formativos, totalizam 30 h/aulas semanais (de 50 minutos cada na Rede Estadual do Tocantins). Cada escola oferta, diariamente, 5 horas/aula na forma Presencial (P) e 1 hora/aula na forma Não Presencial (NP). Desta forma, os estudantes terão diariamente 4 horas e 15 minutos de aulas presenciais na escola.

Os itinerários formativos é um conjunto de unidades curriculares composto por: Projeto de Vida, Eletivas e Trilhas de Aprofundamento propedêuticos; e Educação profissional e Técnica - EPT (ofertada conforme legislação específica e orientações do Caderno 3 - DCT/TO, etapa Ensino Médio).

A Seduc – TO viabilizou a lotação dos professores, para atender a nova organização curricular, por meio de Instrução Normativa/Seduc nº 08, de 20 de dezembro de 2021 publicada no Diário Oficial nº 5992, de 22/12/2022 e demais orientações desta Secretaria de Educação.

4.1 Arquitetura Curricular da Formação Geral Básica - FGB:

As propostas desenvolvidas pela equipe ProBNCC, apresenta carga horária e divisão durante as séries (FGB, Trilhas de Aprofundamento, Projeto de Vida e Eletivas), o documento define que a carga horária do novo ensino médio terá o total de três mil horas. Dessas 1.800 serão destinadas ao currículo comum e 1.200 aos itinerários formativos. Convém destacar, que apenas os componentes curriculares de língua portuguesa, matemática e língua estrangeira serão obrigatórios nas três séries do Ensino médio. Para estudantes indígenas, fica garantido o ensino nas línguas maternas.

O processo da implementação do referencial curricular acontecerá de forma gradual no ano de 2022 a partir da 1ª série do ensino médio e segue aguardando aprovação e homologação das propostas curriculares para a etapa do Ensino Médio.

Segue Arquitetura Curricular e suas respectivas estruturas adotadas para atendimento à etapa/oferta Ensino Médio:

4.1.1 Estrutura Curricular de Tempo Parcial de Ensino – 3.000 H

SÉRIE	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (HORA)	TRILHAS DE APROFUNDAMENTO (HORA)	ELETIVAS (HORAS)	PROJETO DE VIDA (HORAS)	TOTAL (HORAS)
1ª	800	0	120	80	1.000
2ª	600	320	40	40	1.000
3ª	400	480	80	40	1.000
TOTAL	1.800	800	240	160	3.000

4.1.2 Estrutura Curricular de Tempo Integral de Ensino – 4.800H

SÉRIE	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (HORA)	TRILHAS DE APROFUNDAMENTO (HORA)	ELETIVAS (HORAS)	PROJETO DE VIDA (HORAS)	ATIVIDADES INTEGRADORAS (HORAS)	TOTAL (HORAS)
1ª	800	0	160	80	560	1.600
2ª	600	480	160	80	280	1.600
3ª	400	680	160	80	280	1.600
TOTAL	1.800	1.160	480	240	1.120	4.800

4.2 Arquitetura Curricular dos Itinerários Formativos - IF:

Para que os estudantes tenham oportunidade de exercer seu protagonismo desde o começo do Ensino Médio, momento em que ocorre o maior número de evasão é importante que seja destinada uma carga horária

específica para o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes. (Guia de Implementação do Novo Ensino médio - acesso em 10/2021)

As redes poderão distribuir a carga horária das unidades curriculares referentes à formação geral básica e aos itinerários da forma que melhor atenda com sua realidade, desde que seja implementada uma carga anual mínima de 1.000 horas para todos os anos do Ensino Médio até março de 2022.

Observe o detalhamento a seguir de algumas possibilidades considerando as 3.000 horas totais, a Carga Horária e divisão durante as séries (FGB, Trilhas Aprofundamento, Projeto de Vida e Eletivas) de cada proposta. Nessa perspectiva, a Seduc -TO compreende que outros arranjos poderão ser feitos, à medida em que as parcerias aconteçam e considerando as especificidades das microrregiões do território, bem com as demandas que irão surgir nos próximos três anos.

4.2.1 Estrutura de Trilhas por Área do Conhecimento para escolas de Tempo Parcial de Ensino:

SÉRIE	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (HORA)	TRILHAS DE APROFUNDAMENTO (HORA)	ELETIVAS (HORAS)	PROJETO DE VIDA (HORAS)	TOTAL (HORAS)
1ª	800	0	120	80	1.000
2ª	600	320	40	40	1.000
3ª	400	480	80	40	1.000
TOTAL	1.800	800	240	160	3.000

4.2.2 Estrutura de Trilhas por Área do Conhecimento para escolas de Tempo Integral de Ensino:

SÉRIE	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (HORA)	TRILHAS DE APROFUNDAMENTO (HORA)	ELETIVAS (HORAS)	PROJETO DE VIDA (HORAS)	ATIVIDADES INTEGRADORAS (HORAS)	TOTAL (HORAS)
1ª	800	0	160	80	560	1.600
2ª	600	480	160	80	280	1.600
3ª	400	680	160	80	280	1.600
TOTAL	1.800	1.160	480	240	1.120	4.800

Itinerários Formativos: Conjunto articulado de unidades curriculares, que promovem aprofundamento em Área do Conhecimento ou Formação Técnica e Profissional, em percurso com começo, meio e fim, abarcando os eixos estruturantes, ou seja, são compostos por Trilha de Aprofundamento, Projeto de Vida e Eletivas.

Trilhas de Aprofundamento: Sequências de quatro Unidades Curriculares que o estudante deve percorrer semestralmente abordando os quatro eixos estruturantes, tem como objetivo:

- Aprofundamento progressivo das aprendizagens nas Áreas do Conhecimento ou na Formação Profissional Técnica;
- Caracterizar em qual área do conhecimento ou Itinerário Formativo o estudante concluirá o Ensino Médio.

Eletivas: Unidades Curriculares com duração de 1 (um) semestre escolhidas de acordo com os interesses e as necessidades dos estudantes para:

- Ampliação da FGB e acompanhamento das aprendizagens;
- Valorização do contexto local e do perfil docente da Unidade Escolar.

Projeto de Vida: Estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional dos estudantes.

4.3 Propostas de Trilhas de Aprofundamento EPT

A **Educação Profissional Técnica de Nível Médio** compreende os cursos e programas que compõe a Educação Profissional Tecnológica que apresenta como proposta desenvolvimento de currículos educacionais inovadores e atualizados para promover a qualificação profissional dos estudantes de forma efetiva, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades de diferentes áreas (científicos, jurídicos, políticos, sociais, econômicos, organizacionais, culturais, éticos, estéticos etc.) e, assim, prepará-los para ingressarem no mundo do trabalho. Portanto, o currículo elaborado para atender essa modalidade de ensino, abrange as perspectivas da flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e o incentivo à inovação científico-tecnológica.

A elaboração de propostas para itinerários de Formação Técnica e Profissional parte de preceitos relativos à regulamentação do exercício profissional, arranjo produtivo local, empregabilidade do egresso e identidade da instituição, respeitando sempre a escuta e o interesse das juventudes.

A adequação e ressignificação curricular apresentada na reforma do Ensino Médio, alinha-se com a legislação e diretrizes curriculares que tratam da educação profissional, em todas as suas possibilidades e oportunidades. Entre os documentos de referência, cabe destacar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, Catálogo Brasileiro das Ocupações e as Diretrizes Nacionais Gerais da Educação Profissional Tecnológica.

No território do Tocantins, o compromisso educativo e social estabelecido pela Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.411, fortalece a educação profissional à medida que define o avanço nas matrículas e ofertas ligadas à territorialidade.

Segundo o Art. 4 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, a educação profissional e tecnológica, que fundamenta-se no § 2º do art. 39 da

LDB e no Decreto nº 5.154/2004, encontra-se organizada e pode ser desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - qualificação profissional, inclusive a formação inicial e a formação continuada de trabalhadores;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica e cursos de especialização profissional técnica; e

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional tecnológica, cursos de especialização profissional tecnológica e programas de Mestrado e Doutorado profissional.”

A partir da implantação do Novo Ensino Médio, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio poderão ser incorporados aos currículos do Ensino Médio na parte flexível como Itinerários de Formação Técnica e Profissional. O Documento Curricular do Território do Tocantins, Etapa Ensino Médio propõe que estes itinerários sejam denominados na organização curricular como Trilhas de Aprofundamento, seguindo as especificações abaixo:

Trilhas de aprofundamento composta por Cursos Técnicos – destinada à habilitação profissional reconhecida por meio de diplomas em cursos listados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Esta proposta pode ser estruturada com diferentes arranjos curriculares, possibilitando a organização de itinerários formativos com saídas intermediárias de qualificação profissional técnica, sendo reguladas e normatizadas por ato emitido pelo Conselho Estadual de Educação.

Trilhas de Aprofundamento compostas por Cursos de Qualificação Profissional – refere-se à Formação Inicial e Continuada (FIC) para desenvolvimento de competências relacionadas ao perfil profissional listado na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO). Esses cursos possuem carga horária simplificada e não conferem um diploma de Técnico, mas uma Certificação para determinada função e não profissão. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos descreve as possibilidades de itinerários formativos para essa formação relacionados a cada curso técnico, cabendo à Unidade Escolar,

orientada pelos sistemas, elaborar seus projetos e planos, a partir dos instrumentos de diálogo e dos preceitos já citados.

Trilhas de Aprofundamento compostas por Formações Experimentais – são formações experimentais ainda não reconhecidas formalmente, que podem ser classificadas como experimentos pedagógicos, a ser tratados de forma singular, sujeito a avaliação e monitoramento e respeitando o prazo de seis meses a cinco anos para sua inclusão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

No território do Tocantins, os itinerários de Formação Técnica e Profissional podem ser ofertados nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio. Sobre esses formatos cabem as seguintes especificações:

I - a **articulada**, pode ser desenvolvida nas seguintes formas:

- a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que finaliza a última etapa da Educação Básica;
- b) concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;
- c) concomitante intercomplementar, quando é desenvolvida simultaneamente em diferentes instituições ou rede de ensino, com matrículas distintas, com convênio ou acordo para execução de projeto pedagógico unificado;

II - a **subsequente**, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

A definição e implementação de itinerários formativos pode ser disponibilizada/viabilizada na mesma escola ou em instituições de ensino distintas, sendo essencial a identificação preliminar das possibilidades de articulação e formalização de parcerias locais, com instituições de reconhecido mérito e capacidade, previamente credenciadas junto ao órgão regulador estadual.

As parcerias destinadas aos itinerários formativos estão fundamentadas na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e devem ter como premissa o direito do estudante e responsabilidade nas condições de oferta, permanência e aprendizagem.

4.3.1 Sobre a operacionalização das Trilhas de Aprofundamento EPT

A oferta dos Itinerários Formativos pode ser organizada por meio da oferta em diferentes arranjos curriculares, considerando a relevância para o contexto local e as possibilidades do Sistema de Ensino. Entretanto, deve ser garantida a oferta de mais de um Itinerário Formativo em cada município, em áreas distintas, permitindo a escolha de diferentes arranjos curriculares, a heterogeneidade, os interesses e aspirações dos estudantes.

As Trilhas de Aprofundamento do Itinerário de Formação Técnica Profissional serão ofertadas nas unidades escolares que fizeram opção pela oferta, e naquelas unidades escolares específicas que já trabalham com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, atendendo o interesse da comunidade escolar e considerando os aspectos de infraestrutura, de gestão de pessoas, arranjos produtivos locais e estrutura pedagógica mínima para oferta do curso ou itinerário almejado.

As Trilhas de Aprofundamento são de livre escolha do estudante, ofertadas em conformidade com as condições da unidade escolar. O estudante deve se matricular em pelo menos uma de 800 ou duas de 400 horas, ou ainda, uma Trilha da Educação Profissional Técnica com até 1.200 horas, consoante a seu planejamento de estudos. Ainda, o estudante poderá se

matricular em mais de uma Trilha de Aprofundamento concomitantemente, desde que haja compatibilidade de carga horária. Poderá, ainda, ao término do semestre letivo, mudar de Trilha de Aprofundamento, até o 4º semestre, garantido o direito ao aproveitamento dos estudos cursados. E, em se tratando de Itinerário Formativo da Educação Profissional Técnica, a certificação ou diplomação será feita em conformidade com regulação específica por parte dos Sistemas de Ensino.

Em razão do exposto, faz-se necessária uma sequência concatenada das Unidades e Arranjos Curriculares, de modo que permita aos estudantes, sem prejuízo à aprendizagem e continuidade pedagógica, a migração de uma Trilha de Aprofundamento para outra ou transferir-se de unidade escolar.

Na Educação Profissional Técnica, o percurso formativo do estudante contempla os quatro Eixos Estruturantes, respeitando as especificidades atinentes a cada curso e ao seu respectivo Eixo Tecnológico. Assim, os Eixos Estruturantes na Educação Profissional Técnica devem ser trabalhados de maneira harmônica e transversal. Desse modo, o Plano de Curso ou Projeto Pedagógico deve contemplar toda organização do curso, carga horária mínima, perfil profissional de conclusão, infraestrutura requerida, campo de atuação, possibilidade de certificação intermediária, transferência de estudantes para outras escolas, aproveitamento de estudos, dentre outros aspectos, em consonância com a regulação dos Sistemas de Ensino.

4.3.2 Desafios Para Implantação Dos Itinerários Formativos:

Repensar o Ensino Médio conforme as reformas, e ainda, considerando o perfil esperado do estudante ao concluir a etapa final da Educação Básica, bem como as condições estruturais, pedagógicas, tecnológicas e sociais, e ainda, em razão de necessidade de formar o estudante para responder às demandas do mundo contemporâneo, há grandes desafios para os sistemas de ensino e para as unidades escolares que não podem ser desconsiderados, que seguem:

- **Estrutura Física Das Escolas**

A implantação de itinerários formativos demanda por estrutura física que atenda as especificidades e necessidades dos cursos, mas nem todas as unidades escolares possuem estrutura adequada e em tamanho suficiente. Desse modo, é necessário um mapeamento da estrutura física das unidades escolares da Rede de Ensino, em especial recursos como cozinha, refeitório, quadra de esportes, sala ambiente, laboratórios de ciências, computadores e conexão à internet, bibliotecas, unidades demonstrativas. E ainda, se no município possui mais de uma unidade escolar e quais etapas de ensino ofertam, apontando também a capacidade de atendimento de cada uma delas.

- **Corpo Docente**

Tendo em vista as inovações curriculares, é necessária a existência de corpo docente com perfil que responda positivamente às necessidades das unidades curriculares, levando em consideração os tipos de Itinerários Formativos a serem ofertados.

Desta forma, o corpo docente além de ser licenciado, é necessário que sejam proativos e que tenham perfil que contribuam inovação, protagonismo e com uma formação propedêutica sólida.

Sendo assim, além da Formação Inicial faz-se necessário o mapeamento do perfil docente no território para subsidiar seleção dos profissionais para atuarem na docência dos Itinerários Formativos e na política de Formação Continuada.

- **Possibilidade de Parcerias com outras Instituições**

Em razão da dimensão e amplitude da Reforma do Ensino Médio, neste primeiro momento, e até mesmo a médio e longo prazo, é necessário buscar a efetivação de parcerias com outras instituições, não só para garantir a implantação do novo currículo com a oferta dos Itinerários Formativos e aproveitamento de estudos cursados em outras instituições, mas sobretudo,

pela necessidade de transpor os muros da escola para vivenciar práticas sociais, do mundo do trabalho e aquelas ligadas a cidadania planetária e ambiental.

Em razão disso, é primordial que sejam articuladas parcerias com diferentes instituições, de modo a oportunizar a oferta de itinerários para os quais ainda não há plena capacidade física, operacional, de recursos humanos e materiais. Desse modo, sugere-se um mapeamento prévio das possibilidades de parcerias, considerando aquelas instituições que já oferecem cursos regulamentados e aquelas que eventualmente, respeitada a regulação do Sistema de Ensino, podem se credenciar.

As possibilidades de parcerias para oferta de diferentes itinerários formativos, sobretudo o de formação técnica e profissional poderão ocorrer com o IFTO. Além disso, há possibilidades de parceria entre escolas e instituições como a UFT e a Unitins nos municípios em que há campus destas Instituições de Ensino e ainda, com o instituições do “Sistema S” para oferta de diferentes itinerários.

Para a formalização dessas parcerias, as escolas da rede devem considerar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual do Tocantins com vistas ao atendimento aos regramentos legais das legislações pertinentes ao NEM.

- **Dinâmica Territorial**

A oferta de Itinerário Formativo demanda por capacidade de oferta da rede, e mesmo assim, é necessária que a oferta seja realizada em parcerias com outras instituições e com outras unidades escolares da própria Rede de Ensino, desse modo, é imprescindível que seja realizado mapeamento das escolas que estejam suficientemente próximas, independentemente do município, para articular de forma mais efetiva a oferta dos itinerários formativos. Esta ação pode garantir maior possibilidade de escolha aos estudantes, sem necessariamente depender de readequação da estrutura física, tecnológica, pedagógica e do corpo docente das unidades escolares.

- **Capacidade Financeira**

A Rede de Ensino deve ter um diagnóstico de sua capacidade de realizar investimentos em ampliação de estrutura física das Unidades Escolares, contratação de professores, ampliação do transporte escolar, alimentação escolar, formação de professores, entre outras ações, a fim de subsidiar a elaboração da Previsão Orçamentária adequada aos desafios para implementação da oferta de ensino almejada.

- **Estrutura de Transporte Escolar**

A oferta dos Itinerários Formativos demandará pela readequação e ampliação do transporte escolar. Desse modo, é importante que se tenha um diagnóstico da capacidade de ampliação e adequação, impacto financeiro, regiões que demandam maior atenção e articulação. Visto que, o transporte escolar deve garantir aos estudantes um transporte seguro, no horário programado para o desenvolvimento das atividades nas unidades escolares. Além disso, é necessário viabilizar logística para garantir que o percurso e o tempo sejam o menor possível.

- **Possibilitar que o estudante mude de itinerário sem prejuízo ao seu percurso**

A construção do percurso formativo conforme a escolha dos estudantes garante o direito quanto à construção de sua trilha formativa, criando condições para a efetivação do projeto de vida, do protagonismo juvenil e da autonomia.

Desta forma, os desafios para os Sistemas de Ensino quanto a mobilidade dos estudantes, especialmente quanto ao procedimento de aproveitamento de estudos. Além disso, mesmo na própria Unidade de Ensino o estudante pode optar por alterar o seu percurso formativo no Itinerário, escolhendo outra Trilha de Aprofundamento.

Em razão disso, os Sistemas de Ensino devem garantir que o estudante possa mudar de trilha de aprofundamento e buscar outra que se ajuste melhor

a seu projeto de vida, ainda em construção, sem prejuízo ao desenvolvimento da aprendizagem.

Nesse contexto, as Redes de Ensino devem reorientar, mediante anuência do estudante, o percurso formativo, mediante análise do currículo, reaproveitamento de estudos e carga horária já cursada. Bem como, os Sistemas de Ensino devem regular a oferta dos Itinerários Formativos, o processo avaliativo, aproveitamento de estudos, reconhecimentos de estudos e experiências anteriores, credenciamento de instituições parceiras, mobilidade dos estudantes, certificação e diplomação, reconhecimento de saberes e tantos outros aspectos relevantes para a implementação do Novo Ensino Médio.

Diante do exposto, os Sistemas de Ensino, as Redes de Ensino e Unidades de Ensino têm inúmeras competências e atribuições que devem ser implementadas para garantir a implantação do currículo escolar, em conformidade com a reforma do Ensino Médio.

Sendo assim, cada um deve assumir suas atribuições e responsabilidades, muitas das quais, são concorrentes, com planejamento de investimento, adequação da estrutura física, formação inicial e continuada, aparelhamento das unidades de ensino, estabelecimento de parcerias, desenvolvimento de ações, regulação, diagnóstico e execução, com projeção de curto, médio e longo prazo. E ainda, em razão das condições atuais, levando em consideração o diagnóstico e as necessidades, devem ser implantadas ações para garantir o processo transição para essa nova política de ensino.

5. PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

1ª Proposta

- Indicação da Seduc-TO às unidades de ensino dos cursos de Habilitação Técnica e Qualificação Profissional, levando em consideração os arranjos produtivos locais de cada região.

2ª Proposta

- Cursos de Habilitação Técnica e FIC's a distância organizados pela Seduc-TO com a oferta nas unidades de ensino por meio de adesão à proposta.

De modo que o Plano de Curso será elaborado pela equipe pedagógica da Seduc -TO, considerando os seguintes fatores:

- Oferta de cursos que atendem à demanda de arranjos produtivos estaduais e que não demandam grandes investimentos para aparelhamento dos laboratórios tecnológicos;
- Expansão do itinerário de formação técnica e profissional para a rede pública estadual;
- As unidades de ensino atuar em unidades remotas na oferta dos cursos (por meio de credenciamento);
- As unidades de ensino ter portfólio/catálogo de itinerários de formação técnica e profissional para escolha;
- O estudante tem a flexibilidade de estudar de onde ele quiser desde que, tenha acesso à internet para visualizar o conteúdo disponibilizado pelo professor;
- Elevar a possibilidade de o estudante ser incluído mais rapidamente no mercado de trabalho, com conhecimento prático sobre determinada área.

Itinerários de Formação Técnica e Profissional propostos:

Habilitação Técnica	Formação Inicial Continuada
Administração – 1.000 H	Assistente Administrativo – 160 H
Logística – 800 H	Assistente de logística – 160 h
Paisagismo – 800 H	Condutor de Turismo em Espaços Culturais e Locais – 200 H
Agronegócio– 1200 H	Assistente de Controle de Qualidade – 180 H
	Recepcionista – 160 H
	Operador de Caixa – 160 H
	Garçom – 200 H

3ª Proposta

- Deixar as unidades de ensino livres para realizar suas escolhas de itinerário de formação técnica e profissional a partir das orientações do Documento

Curricular do Tocantins – Etapa Ensino Médio. Dando autonomia às unidades de ensino para realizarem suas escolhas de itinerários formativos. E, ainda, elevar a possibilidade do estudante ser incluído mais rapidamente no mercado de trabalho, com conhecimento prático sobre determinada área.

Fatores condicionantes a serem considerados, a seguir:

- Elaboração do Plano de Curso;
- Aquisição de material didático pedagógico para atender as demandas;
- Probabilidade de as unidades de ensino não atenderem as normas para a concessão do ato de credenciamento para oferta de cursos técnicos;
- Ausência de financiamento para aquisição dos laboratórios tecnológicos;
- Contratação de professores e coordenadores de cursos para atender a demanda dos cursos;

4ª Proposta

- Manter os cursos de habilitação técnicas apenas nas unidades de ensino já credenciadas na rede estadual de ensino (total de vinte escolas) e realizar a oferta de cursos FIC's, na forma presencial e/ou a distância, para as turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Pontos positivos:

- Unidades de ensino com experiência na oferta de cursos de habilitação técnica;
 - Possuir quadro docente, coordenador de curso e infraestrutura mínima exigida para a oferta;
 - Ter proposta de plano de curso já desenhado;
 - Elevar a possibilidade do estudante ser incluído mais rapidamente no mercado de trabalho, com conhecimento prático sobre determinada área.
- Pontos de atenção:
- Saturação da oferta do curso num curto período de tempo;

- Estruturas físicas das unidades de ensino necessitando de adequações ou reparos para atender a legislação quanto ao credenciamento.
- Fragilidades dos laboratórios tecnológicos.

ENSINO MÉDIO REGULAR (TEMPO PARCIAL) – 3.000 HORAS

PROPOSTA 1 - Distribuição de carga horária

Habilitação Técnica: Técnico em Agropecuária - 1.200 horas

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais.

SÉRIE	Formação Geral Básica	Itinerário Formativo
1ª Série	600 horas	400 horas
2ª Série	600 horas	400 horas
3ª Série	600 horas	400 horas
1.000 horas por ano.		

Na PROPOSTA 1 a Formação Geral Básica tem carga horária anual de 600 horas, ficando o itinerário de formação técnica e profissional nas 1ª, 2ª e 3ª séries com distribuição igual de 400 horas, que deverá ser dividida entre os componentes curriculares propostos para o curso em cada ano. O Projeto de Vida e os eixos estruturantes (Processos Criativos, Empreendedorismo, Investigação Científica e Mediação e Intervenção Sociocultural) poderão ser trabalhados de forma transversal, cabendo a unidade de ensino definir a sequência em que os eixos estruturantes serão trabalhados e a forma de conexão entre eles no Projeto Pedagógico do Curso/Plano de Curso.

PROPOSTA 2 - Ensino Parcial

Habilitação Técnica – Técnico em Guia de Turismo – 800 horas
Eixo Tecnológico: Turismo, hospitalidade e lazer.

SÉRIE	Formação Geral Básica	Itinerário Formativo			
		Habilitação Técnica	Projeto de Vida	Eletivas	Trilha de Aprofundamento
1ª Série	600 horas	280 horas	80 horas	40 horas	-
2ª Série	600 horas	320 horas	40 horas	40 horas	-
3ª Série	600 horas	200 horas	-	40 horas	160 horas
1.000 horas por ano.					

Na PROPOSTA 2 há equidade de distribuição da carga horária da Formação Geral Básica, ficando 600 horas anuais. O Itinerário Formativo traz a oferta de uma Habilitação Técnica, Projeto de Vida, Eletivas e Trilha de Aprofundamento numa área de conhecimento. A proposta é que o estudante faça a opção por uma área do conhecimento para cursar a trilha, observando as possibilidades de oferta da unidade escolar.

Sugere-se também, que a Trilha de Aprofundamento aborda temas relacionados ao eixo tecnológico do curso ofertado, com foco na ampliação e aprofundamento da aprendizagem e a relevância para o contexto local.

PROPOSTA 3 – Ensino Parcial

Habilitação Técnica – Técnico em Administração – 1.000 horas

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.

SÉRIE	Formação Geral Básica	Itinerário Formativo		
		Habilitação Técnica	Projeto de Vida	Eletivas
1ª Série	600 horas	360 horas	40 horas	-
2ª Série	600 horas	320 horas	40 horas	40 horas
3ª Série	600 horas	320 horas	40 horas	40 horas
1.000 horas por ano.				

Na PROPOSTA 3 há equidade de distribuição da carga horária da Formação Geral Básica, ficando 600 horas anuais. O Itinerário Formativo traz a oferta de uma Habilitação Técnica, Projeto de Vida e Eletivas. As eletivas de amparar o interesse e as escolhas dos estudantes devem mostrar caminhos diversos e novas possibilidades de atuação.

PROPOSTA 4 – Ensino Parcial

Itinerários de formação técnica e Profissional articulados com itinerários das áreas de conhecimento.

SÉRIE	Formação Geral Básica	Itinerário Formativo	Projeto de Vida	Eletivas
-------	-----------------------	----------------------	-----------------	----------

1ª Série	600 h	Operador de Computador – 160 horas	40 horas	-
		Programador de Dispositivos Móveis - 200 horas		
2ª Série	600 h	Programador de dispositivos móveis - 200 horas	40 horas	160 horas
3ª Série	600 h	Desenvolvedor de Jogos Eletrônicos – 280 horas	40 horas	80 horas
1.000 horas por ano.				

Na PROPOSTA 4 há equidade de distribuição da carga horária da Formação Geral Básica, ficando 600 horas anuais. O Itinerário Formativo está composto pela articulação entre o Itinerário de Formação Técnica e Profissional com o Itinerário das Áreas de Conhecimento, Projeto de Vida e Eletivas. A articulação dos itinerários formativos contribui para que os estudantes tracem rotas e planejem percursos buscando ajustar as expectativas pessoais, o prosseguimento dos estudos e as demandas do mundo do trabalho. A trilha formativa das qualificações profissionais deve estar conectada por eixo tecnológico e desenvolver competências para o perfil profissional escolhido pelos estudantes levando em conta seus interesses, aptidões e objetivos.


Estrutura Curricular de Tempo Parcial de Ensino – 3.000 H (com vigência em 2022)

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL						CARGA HORÁRIA ANUAL						CARGA HORÁRIA TOTAL	
		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE			
		P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP		
Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa	4	1	3	1	2	2	160	40	120	40	80	80	600	
	Educação Física	1	-	1	-	1	-	40	-	40	-	40	-	120	
	Arte	-	1	-	1	-	-	-	40	-	40	-	-	80	
	Língua Inglesa	1	-	1	-	1	-	40	-	40	-	40	-	120	
Matemática e suas tecnologias	Matemática	3	1	3	1	2	1	120	40	120	40	80	40	440	
Ciências da Natureza e suas tecnologias	Biologia	2	-	1	-	-	1	80	-	40	-	-	40	160	
	Física	2	-	1	-	-	1	80	-	40	-	-	40	160	
	Química	2	-	1	-	1	-	80	-	40	-	40	-	160	
Ciências Humanas e sociais aplicadas	História	1	1	1	-	-	-	40	40	40	-	-	-	120	
	Geografia	1	1	1	-	-	-	40	40	40	-	-	-	120	
	Filosofia	1	-	-	1	-	-	40	-	-	40	-	-	80	
	Sociologia	1	-	-	1	-	-	40	-	-	40	-	-	80	
CARGA HORÁRIA TOTAL DA B.G.F.		19	5	13	5	7	5	760	200	520	200	280	200	2.160	
INT INE RA RIO S FO RM ATI VO S	UNIDADES CURRICULARES	UNIDADES CURRICULARES	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		CARGA HORÁRIA TOTAL
		Projeto de Vida	2		1		1		80		40		40		160
		Trilhas de Aprofundamento	-		10		15		-		400		600		1000
		Eletivas	4		1		2		160		40		80		280
	TOTAL DE AULAS DO I.F.		6		12		18		240		480		720		1.440
TOTAL DE HORAS/AULAS		30		30		30		1200		1200		1200		3600	

6. IMPLEMENTAÇÃO DA ARQUITETURA CURRICULAR

2019/2021:

Iniciou-se às ações de implementação em 2019 com as escolas-piloto (33% da rede), permanecendo em 2020/2021.

2022:

As ações de implementação do documento curricular em 2022 ocorrerão, de forma gradual, em todas as escolas da rede estadual de ensino, equivalente a 294 escolas (100% da rede). Público alvo: Estudantes da 1ª série do ensino médio, da rede estadual de ensino.

2023:

As ações de implementação do documento curricular em 2023 ocorrerão nas 1ª e 2ª séries do ensino médio. Público alvo: Estudantes da 1ª e 2ª séries do ensino médio, da rede estadual de ensino.

2024:

As ações de implementação do documento curricular em 2024 ocorrerão em todos os anos do ensino médio.

Ações 2022- 2024

- Realizar monitoramentos periódicos da implementação do Documento Curricular do Território do Tocantins.

6.1 Sobre as escolas que ofertam educação em tempo integral em 2021

A Seduc - TO possuía 26 escolas que ofertava educação em Tempo Integral em 2021, representando 9,86% de 294 escolas de ensino médio.

Projeção para os próximos anos (2022 a 2026) a depender de publicação de nova Portaria de Fomento para etapa Ensino Médio de Tempo Integral.

6.2 A implementação dos Itinerários Formativos na Rede Estadual de Ensino

2022:

As ações de implementação ocorrerão de forma gradual, em toda rede estadual de ensino, a partir das 1ª série do Ensino Médio. Serão desenvolvidas na parte flexível do currículo: Eletivas e Projeto de Vida, as quais compõem os Itinerários Formativos do DCT/TO, etapa Ensino Médio.

2023:

As ações de implementação do documento curricular em 2023 ocorrerão nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio. Serão desenvolvidas na parte flexível do currículo: Trilhas de Aprofundamento, Eletivas e Projeto de Vida.

2024:

As ações de implementação do documento curricular em 2024 ocorrerão nas 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Serão desenvolvidas na parte flexível do currículo: Trilhas de Aprofundamento, Eletivas e Projeto de Vida.

Durante a fase de implementação do Novo Ensino Médio nas 294 escolas, correspondendo a 100% da rede estadual de ensino, serão ofertados Itinerários Formativos por meio de Projeto de Vida e Eletivas. A partir da 1ª série do Ensino Médio serão ofertadas, aproximadamente, 23.490 vagas para os estudantes, correspondendo a 40,43% de toda rede estadual de ensino. (Fonte: SGE/Seduc -TO, Acesso : Maio/2021).

6.3 Quinto Itinerário Formativo - EPT

Sobre a oferta do quinto itinerário, na rede estadual de ensino médio, em 2021, 2022 e 2023:

Considerando que o 5º Itinerário Formativo representa a formação profissional e tecnológica e que depende dos arranjos e possibilidades locais, e interesses dos estudantes e capacidade da rede e/ou parceiros para oferta, não é possível no contexto de implementação, mensurar quantas escolas.

Há o entendimento de que a arquitetura da oferta do 5º IF poderá ser desenhada anualmente, considerando o perfil dos estudantes, uma vez que poderá haver rotatividade de escolhas e conseqüente a quantidade de escolas que ofertarão o referido IF.

Sobre as Parcerias /Rede Estadual de Ensino:

A organização curricular do ensino médio deve oferecer tempos e espaços próprios ou em parcerias com outras organizações desde que:

- a) a parceria com as organizações esteja devidamente firmada com a instituição ou rede de ensino e reconhecida pelo sistema de ensino;
- b) a organização esteja credenciada pelo sistema de ensino, quando a parceria envolver a oferta de formação técnica e profissional;
- c) a instituição escolar de origem dos estudantes se responsabilize pelos atos escolares incluindo, entre outros, matrícula, controle de frequência, aproveitamento e certificação dos estudantes.

Nesse sentido, a Seduc-TO informa que até o momento não possui termo de compromisso firmado com possíveis parceiros. Contudo, a Seduc-TO está aberta a receber propostas de parcerias para a implantação do DCT-TO, etapa Ensino Médio no que tange às Trilhas de Aprofundamento e ao Quinto Itinerário Formativo.

7. FORMAÇÃO CONTINUADA:

Com tantas mudanças, o professor, mais do que nunca, assume grandes responsabilidades, para garantir que as práticas e vivências escolares tenham êxito e gerem, de fato, transformação, engajamento e sentido para o estudante da Educação Básica. A formação de professores é algo contínuo e nunca pode deixar de ser.

Assim, o MEC dispõe de um documento oficial de formação de professores para a nova educação do século 21. Trata-se da Base Nacional Comum para a formação de professores da Educação Básica. A BNC – Professores é baseada em 3 eixos que vão nortear a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país:

- **conhecimento:** o professor deverá dominar os conteúdos e saber como ensiná-los, demonstrar conhecimento sobre os alunos e seus processos de aprendizagem, reconhecer os diferentes contextos e conhecer a governança e a estrutura dos sistemas educacionais;
- **prática:** planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo;
- **engajamento:** é o comprometimento do professor com seu próprio desenvolvimento profissional, com a aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender; participação da elaboração do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos, além do engajamento com colegas, famílias e toda a comunidade escolar.

7.1 A Formação Continuada em Serviço para implementação do Novo Ensino Médio no Tocantins

A Formação Continuada em Serviço visa propiciar aos profissionais do Ensino Médio do Tocantins o conhecimento necessário para a implementação do Documento Curricular do Território do Tocantins – DCT-TO, Etapa Ensino Médio, no processo de ensino e aprendizagem.

A Formação Continuada em Serviço para implementação do DCT-TO, etapa Ensino Médio, compreende 3 (três) etapas, sendo:

- 1ª etapa: Formação Continuada em Serviço para Professores Formadores, respeitando perfil técnico preestabelecido pela rede de ensino.
- 2ª etapa: Formação Continuada em Serviço para gestores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e professores que atuam no Ensino Médio e;
- 3ª etapa: Formação Continuada na Escola.

7.2 Operacionalização

- Compor a Equipe Técnica responsável pela Formação Continuada da rede para implementação do Documento Curricular do Tocantins, Etapa Ensino Médio (Formação Geral Básica - FGB e Itinerários Formativos);
- Elaborar Plano de Ação para execução das etapas de formação e implementação do DCT-TO, etapa Ensino Médio;
- Identificar os recursos humanos e materiais disponíveis para realização do processo formativo;
- Disponibilizar subsídios pedagógicos e metodológicos aos profissionais da educação durante as formações continuadas;
- Oportunizar durante as formações a aplicabilidade do DCT-TO, etapa Ensino Médio no processo de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver com qualidade a multiplicação dos conhecimentos e práticas adquiridas nas formações para o público alvo jurisdicionado;
- Efetivar parcerias locais e regionais entre os multiplicadores das redes formativas para o aprofundamento dos conhecimentos, acerca do DCT-TO, etapa Ensino Médio;
- Acompanhar, monitorar e avaliar os processos de formação e implementação do DCT-TO, etapa Ensino Médio.

CRONOGRAMA DAS FORMAÇÕES REALIZADAS		
AÇÃO FORMATIVA	PERÍODO	AMBIENTE VIRTUAL
Estudo sobre a Reforma do Ensino Médio , diálogo sobre a elaboração do DCT – TO etapa Ensino Médio (Formação Geral Básica), com foco na Consulta Pública, estudo sobre metodologias ativas . Duração 32 horas assíncronas	30/03/2020 a 30/06/2020	MOODLE, Plataforma Seduc -TO.

Realização de Lives sobre o DCT – TO etapa Ensino Médio (Formação Geral Básica), com foco na Consulta Pública.	10/09/2020 a 18/09/2020	TV Seduc- Tocantins - YouTube
Realização de Lives sobre o DCT – TO etapa Ensino Médio (Itinerários Formativos), com foco na Consulta Pública.	08/12/2020 a 10/12/2020	TV Seduc- Tocantins - YouTube
Realização de Lives sobre o DCT – TO etapa Ensino Médio (Itinerários Formativos: Projeto de Vida). Público: Profissionais da Educação Básica. Duração 40 horas assíncronas.	03/04/2021 a 30/06/2021	TV Seduc- Tocantins - YouTube
1º Ciclo de Formação Intersectorial sobre a Implementação do Novo Ensino Médio. Público: Equipes intersectoriais. Duração 24 horas assíncronas	24 a 28/05/2021 e 31/05 /2021	Via Meet
2º Ciclo de Formação Intersectorial sobre a Implementação do Novo Ensino Médio. Público: Equipes intersectoriais. Duração 24 horas assíncronas	09 a 11/06/2021	Via Meet
Reunião Formativa Intersectorial sobre a Implementação do Novo Ensino Médio. Público: Equipes intersectoriais / Seduc-TO. Duração 8 horas síncronas	08/11/2021	Formato Presencial, no município de Palmas – TO, para 80 Profissionais da Educação Básica
Programa Itinerário Formativo com as treze Diretorias Regionais de Educação. Público : Profissionais da Educação Básica. Duração 4 horas assíncronas.	11/11/2021	GEM/Seduc-TO; via You Tube
Realização de lives sobre	03/12/2021	GAA/Seduc-TO;

a Implementação do Novo Ensino Médio e do Documento Curricular do Território do Tocantins, etapa Ensino Médio Público: Profissionais da Educação Básica. Duração 08 horas assíncronas.		via You Tube
Realização de formação sobre a Implementação do Novo Ensino Médio e estudo sobre os Itinerários Formativos. Público: Profissionais da Educação Básica. Duração 16 horas síncronas.	15 e 16/12/2021	Formato Presencial, no município de Palmas – TO, para 150 Profissionais da Educação Básica.

8. Revisão do Projeto Político Pedagógico:

O Projeto Político Pedagógico – PPP é um documento particular e de autonomia de cada escola, deve ser reelaborado/revisado e implementado de acordo com as Diretrizes da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes e normativas específicas para programas e projetos.

No PPP são descritos objetivos, metas e ações definidas pelo coletivo de forma a favorecer a gestão democrática, tendo como base os resultados das avaliações internas e externas (avaliação diagnóstica, avaliação processual, formativa e avaliações externas). Sendo um documento norteador do trabalho escolar em todas as suas dimensões, oferece direção à gestão escolar, desse modo, o PPP aborda aspectos que devem ser observados no fazer pedagógico, a fim de garantir a articulação das ações propostas pela unidade escolar, independentemente de quem as financia, evitando assim, a fragmentação e a sobreposição das ações uma vez que as diversas fontes de recursos devem ter o objetivo de financiar as ações que a escola/conselho escolar elegeu como necessárias para alcançar sua missão, valores, objetivos e metas, considerando em todas as ações a situação atual para adoção correta dos protocolos de biossegurança. (Guia de Orientações Pedagógicas - acesso em 10/2021).

A reelaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola, compõe uma das etapas de implementação da BNCC - Ensino Médio. No contexto de implementação dos novos currículos, a revisão dos PPP's torna-se ainda mais central. Isso porque o processo de reelaboração do documento precisa garantir a apropriação dos novos currículos e a reflexão sobre como eles podem mudar o trabalho pedagógico, dentro e fora da sala de aula, por parte de toda a comunidade escolar. O PPP construído de forma participativa, clara, dialogada e democrática requer tomada de decisões coletivas e sistematizadas de acordo com a legislação vigente e o currículo adotado pela escola. Esse projeto pedagógico coletivo, quando implementado e avaliado com a participação dos órgãos colegiados, tem o potencial de ampliar o senso de pertencimento e o engajamento de toda a comunidade escolar. (Guia para Gestores Escolares BNCC - acesso em 10/2021).

Desta forma, a Seduc-TO orientou e coordenou a revisão dos PPP's nas cinquenta e seis escolas-piloto do Programa Novo Ensino Médio e vinte e seis escolas de Tempo Integral, do Programa Fomento – Jovem em Ação à Luz da BNCC, viabilizando a flexibilização curricular, o protagonismo estudantil, a centralidade das aprendizagens nos estudantes, o papel da escola conforme as competências cognitivas e socioemocionais.

Atendendo a Reforma do Ensino Médio e considerando as demandas emergentes para a implantação do Novo Ensino Médio no território do Tocantins, a Secretaria de Educação Juventude e Esportes, instituiu comissão intersetorial, no ano de 2019 para analisar os possíveis impactos para implantação do novo currículo na rede estadual de ensino.

A Seduc - TO vem realizando um diagnóstico da rede estadual de ensino, observando as especificidades da rede de ensino, as diversidades do público atendido, as possibilidades de arranjos e parcerias, entre outros; de modo que os impactos gerados não inviabilizem a implantação da política no período de 2022 a 2024.

Dessa maneira, a elaboração do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio apresenta o planejamento referente ao período de 2022 a 2024, como política pública. Seguem as ações e cronograma da implantação.

- Ações estratégicas para implementação do Documento Curricular do Território – etapa Ensino Médio, no período de 2019 a 2021:
 - Duas “Escutas” realizadas com os estudantes e comunidade escolar para construção dos Itinerários Formativos, no ano de 2019;
 - Duas Consultas públicas para contribuições no DCT - TO, etapa Ensino Médio (Formação Geral Básica e Itinerários Formativos), no ano de 2020;
 - Lives formativas para apresentação do DCT - TO, etapa Ensino Médio (Formação Geral Básica e Itinerários Formativos), no ano de 2020;
 - DCT - TO, etapa Ensino Médio encaminhado ao CEE-TO para análise e aprovação, no ano de 2021;
 - Formação Continuada com foco na implementação do novo EM, no ano de 2020 e 2021;
 - Comissão intersetorial instituída, no ano de 2019, para viabilizar a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual de ensino;
 - Elaboração do PLI (2019 a 2020), com foco na implementação do documento curricular, em 2019;
 - Elaboração do Diagnóstico Situacional para atendimento de toda a rede estadual de ensino, em 2021;
 - Elaboração/Atualização do PLI (2022 a 2024), com foco na implementação do documento curricular ;
- Ações estratégicas para implementação do Documento Curricular do Território – etapa Ensino Médio, no período de 2022 a 2024:
 - Implementação do DCT-TO – etapa Ensino Médio;

- Revisão dos PPP's das Escolas à luz da BNCC;
- Plano de retomada das atividades escolares – ensino híbrido/práticas de gestão e promoção à saúde;
- Acolhimento como prática pedagógica;
- Fortalecimento de estratégias para garantir a continuidade e integralização da carga horária da etapa Ensino Médio;
- Monitoramento do Diagnóstico situacional da rede estadual de ensino (elaborado em 2021);
- Recomposição curricular – etapa Ensino Médio;
- Fortalecimento do Programa “Evasão: Nota Zero” com foco na Busca Ativa escolar;
- Formação Continuada com foco na implementação do Documento Curricular do Território – etapa Ensino Médio;
- Fomento do uso de novos recursos tecnológicos digitais/analógicos conforme a realidade local;
- Continuidade do uso tecnológico e das metodologias ativas no processo ensino aprendizagem;
- Consolidação para oferta da educação híbrida;
- Novo olhar sobre a avaliação;
- Maior autonomia do estudante;
- Empatia para lidar com os efeitos da pandemia (Competências socioemocionais).

9. VISÃO, PRINCÍPIOS, PREMISSAS E METAS

A Seduc -TO tem como meta 3 do PEE, universalizar até 2016, o atendimento escolar de 15 a 17 anos e elevar, até 2022, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Analisando os dados na perspectiva de

expansão, constata-se que o ano de 2020 iniciou com cerca de 70% de cobertura, todavia, dado o contexto atípico de pandemia, ações de acompanhamento dos estudantes com objetivo de evitar a evasão estão em andamento no estado. Desta forma, as condições levam a concentrar os esforços em assegurar as aprendizagens dos estudantes e concentrar esforços no combate à evasão; de modo que o foco passou de expansão para evitar o retrocesso.

Sendo assim, para o ano de 2021, considerando que o estado vem de uma constante na faixa de 70% nos últimos três anos e a existência de fatores que favorecem a evasão escolar, garantir que, a taxa líquida de matrículas no ensino médio seja mantidos nos 70%; é uma meta viável considerando o contexto.

Conforme a Meta 4 do Plano Estadual de Educação, do qual estipula que a taxa líquida de matrículas no ensino médio seja de 85% até o final da vigência do Plano (2025) e que para isso tem-se estratégias que visam lidar com a distorção idade-série. Considerando ainda o comportamento da variável matrículas no ensino médio dentro da faixa etária de 15 a 17 anos no estado, do qual o intervalo histórico que se inicia em 2012 apresenta um comportamento semelhante entre biênios, com alta nos anos ímpares em média de 5% e queda de cerca de 2% nos anos pares; de forma que a meta da taxa líquida de matrículas no ensino médio a se trabalhar no estado no período de 2022 a 2024 é de 73% em 2022 , 75% em 2023 e 77% em 2024.

Sobre a perspectiva de melhora no IDEB do ensino médio a partir da implantação da reforma no estado (no período de 2021 a 2024) tem como Meta 7 do PNE: Fomentar a qualidade da educação básica de modo a atingir 5,2 de IDEB no Ensino Médio.

Assim, após apresentar resultado de 3,5 em 2011 – acima da meta estipulada – em 2013 o estado teve significativa queda de seu Ideb para 3,2, de forma que ficou abaixo da meta estipulada. Desde então, os resultados apresentam melhora gradual, porém, ainda abaixo da meta. A meta para 2021 para o estado do Tocantins é de 4,7. Para isso, a Seduc-TO, ao oportunizar a implementação do Novo Ensino Médio nos 139 (cento e trinta e nove)

municípios, estabeleceu ações pedagógicas que visam a melhora do fluxo, bem como o desempenho nas avaliações nacionais.

Em tempo, a implementação do DCT-TO, etapa Ensino Médio propiciam o fortalecimento das aprendizagens essenciais aos estudantes, refletindo na melhoria do rendimento escolar bem como, a redução da evasão escolar, uma vez que , a utilização elementos como itinerários formativos, projeto de vida e eletivas proporcionam o fortalecimento do desempenho dos estudantes.

Diante do contexto apresentado a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins ciente da importância da implantação da política pública no território e, em consonância com a Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021 Art 4º, o estado do Tocantins implementará, no ano de 2022, o documento curricular, de forma gradual na 1ª série do ensino médio; no ano de 2023 a implementação acontecerá nas 1ª e 2ª séries do ensino médio e no ano de 2024 em todos os anos do ensino médio, possibilitando a implementação da reforma do Ensino Médio e do DCT-TO, etapa Ensino Médio para 294 escolas do Ensino Médio, atendendo aos 63.777 estudantes da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins.

O DCT-TO, etapa Ensino Médio está fundamentado na Resolução MEC nº 3 de 21/11/208 que atualiza as DCNEM, nos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional (Art. 206 da Constituição Federal e art. 3º da LDB), e nos fundamentos pedagógicos, estabelecidos na BNCC que devem conduzir a prática pedagógica nas Escolas das redes, que são: a) Foco no desenvolvimento de competências; e b) Compromisso com a educação integral.

Assim, as Escolas da Rede Estadual de Ensino devem ter como premissas do processo formativo os princípios e fundamentos legais acima expostos, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades para a formação integral e cidadã dos estudantes.

No que tange às metas e estratégias para a implementação do NEM, os indicadores balizadores para o novo currículo, conforme Portaria MEC nº 649/2018, no ano de 2022, são:

- ✓ 338 (100%) escolas do Ensino Médio com carga horária de mil horas anuais no decorrer do percurso formativo;
- ✓ 338 (100%) de escolas com, pelo menos, dois itinerários formativos, disponíveis para escolha dos estudantes;
- ✓ 62.263 (100 %) de estudantes do novo ensino médio matriculados em escolas com, pelo menos, dois itinerários formativos, disponíveis para sua escolha;
- ✓ 30.435 (48,88%) de distribuição de matrículas de meninos e 31.828 (51,12%) de meninas nos diferentes itinerários formativos;
- ✓ 12 (3,57%) de escolas com oferta de itinerário formativo técnico-profissional;
- ✓ 41 (12,20%) escolas com 949 (21,47) estudantes matriculados no 1º período de EJA/3º Segmento em 2022.1;
- ✓ 32 (9,52%) escolas de ensino médio do campo; 44 (13,09%) indígena e 02 (0,59%) campo quilombola com Novo Ensino Médio implementado; e
- ✓ 1.303 (2,09%) estudantes de ensino médio noturno (1ª série NEM), matriculados em cada um dos itinerários formativos ofertados pela rede estadual, conforme estrutura curricular da modalidade de ensino.
(Fonte SGE: 25/02/2022).

10. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CEE/TO

Ação 2021/2022: Articulação com o Conselho Estadual de Educação para planejar a tratar de questões em nível de rede e/ou sistema, tais como:

- Mobilidade entre itinerários formativos; Mudança de município ou estado; Parâmetros de equivalência.

Resultado coletado dessa ação:

Articulação realizada, no entanto, é uma ação contínua até a finalização do processo de normatização de todas as demandas, relacionadas ao documento curricular e a sua implementação no território, apresentadas ao CEE-TO.

Ressalta-se que DCT-TO, etapa Ensino Médio encontra-se aprovado pelo CEE-TO, aguardando homologação. A Comissão da Educação Básica levará em plenária as normatizações necessárias - emergentes para assegurar o bom andamento do novo currículo no território tocantinense. As questões a serem votadas em plenário serão com observância em nível de rede e/ou sistema de ensino.

11. NORMATIZAÇÃO – NOVO ENSINO MÉDIO- AÇÕES, ATIVIDADES E CRONOGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO - PERÍODO DE 2021 a 2024.

Histórico 2019/2020:

Iniciou-se o diálogo permanente sobre a reforma do ensino médio e inicialmente para a regularização das estruturas curriculares das 56 (cinquenta e seis) escolas - piloto do Programa Novo Ensino Médio. As mesmas possuem estruturas curriculares aprovadas (2019/2020/2021) junto ao CCE - TO.

Foram realizadas reuniões de trabalho para estudo técnico de possíveis estruturas curriculares que atendam a rede estadual de ensino. Dentre os estudos realizados foram apresentadas propostas de estruturas curriculares no formato de atendimento semestral/crédito e anual.

2021:

Continuidade de reuniões de trabalho, tomadas de decisões e escolha da melhor Arquitetura que tenda a rede estadual de ensino.

Dessa forma, definida a Arquitetura da Rede Estadual de Ensino com 800 horas para Formação Geral Básica e 200 horas para Itinerários Formativos, as equipes intersetoriais da Seduc - TO apresentaram as estruturas curriculares da Etapa do Ensino Médio correspondentes a modalidade e oferta de ensino, nos períodos diurno e noturno. Após homologação do Documento Curricular do Território do Tocantins, etapa Ensino Médio, as mesmas serão enviadas oficialmente para serem analisadas e validadas pelo Conselho Estadual de Educação, CEE/TO.

Ainda, a equipe de certificação, normatização e inspeção acompanhará o processo de homologação do DCT-TO, etapa Ensino Médio e sobre temas que requerem normatização como: Mobilidade e Parcerias.

2022:

A revisão e adequação do novo currículo do ensino médio e dos normativos estaduais para implementação do NEM no estado do Tocantins transcorrem das DCNEM e da BNCC/2018.

A Superintendência de Educação Básica – Seduc-TO, em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE/TO) são os responsáveis diretos pela elaboração, aprovação e divulgação das normas que regulamentam as estratégias de implantação nas escolas da rede estadual de ensino.

A Seduc -TO estabelece os critérios para a implementação curricular do NEM de forma gradativa, a partir do ano de 2022, cujas orientações às escolas da rede estão dispostas nos Cadernos que compõem o Documento Curricular do Território do Tocantins DCT/TO - etapa Ensino Médio.

Alinhado ao DCT/TO, etapa Ensino Médio a Seduc -TO elaborou Instruções Normativas com detalhamento de ações e aguarda a publicação de uma Resolução do CEE/TO, as quais norteiam e definem as regras a serem cumpridas pelas escolas do sistema estadual do Tocantins e orientam as principais ações para o efetivo atendimento dos direitos de aprendizagem dos estudantes do ensino médio, no território do Tocantins.

Além do DCT-TO, etapa Ensino Médio a Gerência de Ensino Médio/ Seduc - TO está elaborando um “Documento Orientador” (Versão Preliminar) com o intuito de ajudar as escolas de ensino médio a compreender as principais mudanças e como poderão implementá-las com eficiência e eficácia nos prazos previstos e em conformidade com as legislações vigentes.

Normativos encaminhados às escolas:

- Memo. nº 12/2022/GABISEC/ CIRCULAR / SEDUC – Orientações pedagógicas para implementações das estruturas curriculares do NEM.
- Mem. Nº 12/2022/ GABISEC/ CIRCULAR / SEDUC – Orientações para implementação das Estruturas Curriculares da Etapa Ensino Médio na rede Estadual de Ensino (Novo Ensino médio/2022).
- Mem. Nº 10/SEDUC/SEB/DEB/GEM - Convocação para o 1º Ciclo de Formação Intersetorial sobre a Implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de ensino.
- Memo Nº 16/2021/SEDUC/SEB/DDE/GEM - Realização do 2º Ciclo de Formação Intersetorial sobre a Implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de ensino.

12. PROMOÇÃO DE EQUIDADE

O Documento Curricular do Território do Tocantins DCT/TO - etapa Ensino Médio está balizado em diagnósticos construídos a partir de dados e escuta dos setores vinculados à Superintendência de Educação Básica em parceria com outros setores desta Secretaria Estadual de Educação envolvidos no processo de implementação do novo currículo do ensino médio.

Em consonância com a Meta 8 do PNE: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de estudo até 2022, para as populações do campo, da região de menor escolaridade do país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação IBGE.

Esta Secretaria da Educação busca mitigar desigualdades no estado, através de Programas e ações estratégicas instituídas na Seduc-TO como foco na promoção da equidade, são eles:

12.1 Programa Evasão Nota Zero - Busca Ativa

Objetivo:

O Programa visa implementar políticas públicas educacionais de prevenção e combate ao abandono escolar, evitando a infrequência e baixa

frequência dos estudantes e efetivando o direito ao acesso, permanência e sucesso na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, promovendo a efetivação e o direito à educação das crianças e adolescentes.

Ação 2020-2024

Fortalecer as estratégias do Programa Busca Ativa na rede estadual de ensino, como :

- Mapear os motivos do não retorno escolar (se mudança de endereço, ou por motivo de trabalho, ou doença);
- Mobilizar toda a equipe escolar para a busca dos estudantes, incentivando-os à conclusão do ano letivo e registrar a visita com evidências;
- Realizar visitas domiciliares seguindo protocolo de segurança com agendamento para atendimento na escola (uso de internet) e comunicar ao Conselho Tutelar no caso de estudantes menor de idade;
- Sensibilizar a equipe em relação à acolhida dos alunos e servidores, por meio da vivência de competências sociomocionais;
- Acompanhar a aprendizagem dos estudantes que apresentam dificuldades quanto à realização das tarefas, aproveitando o retorno presencial (semanal) para sanar essas dificuldades, repor atividades avaliativas perdidas e monitorar a aprendizagem com atividades propícias conforme seu desenvolvimento cognitivo;
- Manter o diálogo permanente com os estudantes, familiares e equipe interna da escola; se necessário, reavaliar a proposta pedagógica utilizada, diminuir a quantidade de atividades e trabalhar a interdisciplinaridade;
- Procurar manter contato com as famílias e estudantes, e atendê-los conforme sua realidade e especificidade;
- Implementação das diretrizes pedagógicas do Programa Evasão Escolar: Nota Zero – PEENZ, do Estado do Tocantins, e a estratégia Busca Ativa Escolar - BAE (UNICEF) para combate e prevenção ao Abandono e a Evasão Escolar.

12.2 Programa #TONOEnem

Objetivo:

O Programa #TONOEnem teve início no ano de 2017 como projeto, contemplando cerca de 16 mil estudantes da rede estadual de ensino, tendo continuidade no ano de 2018 e 2019, com a participação de 260 escolas, e atendendo aproximadamente 20 mil estudantes. A partir de 2020 o Programa #TONOEnem tornou-se uma política educacional da Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes – Seduc-TO, visando democratizar o acesso dos estudantes a aulas preparatórias para o ENEM e também a conteúdos digitais e impressos.

O Programa visa fortalecer o ensino dos estudantes do Ensino Médio de todo o estado, colaborando com o desenvolvimento das competências gerais e específicas que preconiza a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, que consubstanciam, no âmbito pedagógico com os direitos e objetivos de aprendizagem.

O Programa contempla um conjunto de estratégias pedagógicas compostas de material didático digital, impresso para professores e estudantes, aulas presenciais e gravados dos componentes curriculares das quatro áreas do conhecimento do Ensino Médio, simulados preparatórios para Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e material preparatório para vestibular, além de dispor investimentos financeiros consideráveis para melhoria do desempenho dos estudantes no referido exame, e em 2021 atendeu mais de 35 mil estudantes.

Ação 2018 - 2021

- Aulas presenciais e no formato on line, por meio de lives, no Canal #TONOEnem ;
- Vídeos-aulas gravadas e disponibilizadas no Canal #TONOEnem ;
- Distribuição de material didático aos estudantes da 2ª e 3ª séries dos Ensino Médio.

12.3 Inclusão de estudantes surdocegos por meio da instituição de escolas Bilíngues: Português/Libras

Objetivo:

O Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO), publicado através da Lei nº 2.977 de 08 de julho de 2015, estabelece algumas metas e estratégias a serem implementadas em âmbito estadual nos próximos 10 anos e, no que se refere à educação de surdos, o PEE-TO estabelece a oferta gradativa e efetiva da disciplina de libras no currículo das escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino, em todas as etapas e modalidades da educação básica, assegurando 100% (cem por cento) do atendimento até o final da vigência do PEE-TO. O documento garante ainda a oferta da Educação Bilíngue de Surdos em língua brasileira de sinais como primeira língua e em língua portuguesa como segunda língua, na modalidade escrita, aos(as) estudantes surdos(as) e com deficiência auditiva. Garante também ampliar a equipe de profissionais da educação para atender as demandas dos estudantes com deficiência, dentre eles, tradutores e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de libras, prioritariamente surdos, e professores ouvintes bilíngues.

Ainda de acordo com a referida Lei, entende-se por Educação Bilíngue de Surdos a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

Período 2022-2023

- Inclusão de estudantes surdocegos por meio da instituição de escolas Bilíngues: Português/Libras, iniciando na etapa do Ensino Fundamental;
- Criação de instituição de escolas Bilíngues: Português/Libras.

Período 2024

- Inclusão de estudantes surdocegos por meio da instituição de escolas Bilíngues: Português/Libras, na etapa do Ensino Médio;
- Criação de instituição de escolas Bilíngues: Português/Libras.

12.4 Programa de Recomposição das Aprendizagens

Objetivo:

O Programa de Recomposição das Aprendizagens, com nome de fantasia Recomeçar, é uma iniciativa do governo do Tocantins, por meio da Seduc-TO que representa um conjunto de ações e tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino para mitigar os prejuízos dos rendimentos educacionais. O programa será operacionalizado por meio de quatro principais atividades: diagnosticar as aprendizagens dos estudantes por meio da avaliação diagnóstica, desenvolver um período de recomposição com enturmação por ciclo de aprendizagem, realizar as avaliações contínuas, monitoramento das aprendizagens e a avaliação de saída aplicada no final do processo de recomposição das aprendizagens.

Ações 2022

- Frente de acolhimento a todos os sujeitos da comunidade escolar;
- Reforçar o plano de comunicação sobre o processo de recomposição;
- 1º SEMESTRE/2022 – (Programa de Recomposição das Aprendizagens (Recomeçar) - até julho/2022).
- Retomada do reordenamento curricular.
- Para o ano letivo de 2022, a Rede Estadual de Ensino do Tocantins, tem previsão de atender um total 62.322 estudantes no ensino médio, sendo que nas 1ª Séries, a previsão de atendimentos é de 22.335 alunos contemplados com a nova metodologia do ensino médio.

12.5 Estratégias de equidade /Seduc-TO

Objetivo:

Pensar em promover uma educação que promova a equidade, pressupõe o reconhecimento das identidades étnicas, raciais e das comunidades tradicionais, respeitando suas diferenças e manifestações, sem discriminação.

Por meio de ações intersetoriais, que abarcam as 14 dimensões do documento do MEC denominado “Orientações para devolutivas do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio (PLI)”, a Seduc-TO, via suas 13 Diretorias Regionais de Educação e 294 Escolas de Ensino Médio, implementará em 2022 as seguintes Estratégias de Equidade no novo currículo do Ensino Médio com base nos princípios fundamentais de respeito à diversidade, para promover a inclusão, a liberdade de expressão, atuando fortemente contra a discriminação:

- Aprovação de Estruturas Curriculares com 1.000 horas anuais e conforme as especificidades das modalidades de ensino atendidas: escolas de Tempo Parcial; escolas de Tempo Integral; Campo; Indígenas; Campo-quilombola e EJA 3º Segmento.
- Contratação do Instituto CAEd - UF Juiz de Fora para aplicação das Avaliações Diagnósticas Inicial e Final do Programa de Recomposição das Aprendizagens – Recomeçar com Previsão de atendimento em 2022: 62.322 estudantes de 1ª a 3ª séries /R\$ 311.610,00.
- Monitoramento e Avaliação das Aprendizagens no formato Presencial e Online (sendo 50% presencial e 100% online em 2022).
- Realização de palestras educativas com profissionais das áreas da saúde e da psicologia abordando as temáticas: promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e social; direito de acesso e permanência dos estudantes na escola; escola inclusiva e acolhedora.
- Realização do Programa #TONOEnem, com Aulões preparatórios para o ENEM.
- Tem instituído os serviços de Ouvidoria – Seduc-TO, sendo um canal de comunicação direta com a comunidade escolar.

- Adaptar o currículo às características da região das comunidades do campo, dos povos da água, quilombolas, ciganas e indígenas, adaptar o currículo às, promovendo um planejamento flexível, a união entre a teoria educacional e a prática social regional, em diálogo com os estudantes e comunidades locais.
- Promover o cumprimento da Lei 10639/03, alterada pela Lei 11645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena, tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Realizar diagnóstico periódico da escola para entender a diferença de desempenho, fluxo e abandono de estudantes quilombolas, indígenas, e demais comunidades tradicionais.
- Adequar os tempos e espaços escolares para atender as necessidades das comunidades e jovens de comunidades do campo, da água e de outros povos tradicionais, propondo sistemas de alternância ou maleabilidade da jornada escolar que garantam a participação nas atividades familiares e comunitárias.

Visando contribuir efetivamente para uma escola mais inclusiva e acolhedora para todos e a garantia da promoção de equidade e o direito de acesso e permanência de todos os estudantes na escola, as Estruturas Curriculares estão sendo implementadas no ano de 2022 contemplando as especificidades e necessidades das diferentes juventudes atendidas no Ensino Médio do Território do Tocantins.

13. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dentre as ações que auxiliarão nas mudanças necessárias para a implementação do NEM, a Seduc - TO por meio da Superintendência de Educação Básica realizou contratação de empresa especializada na prestação de serviço de atualização do sistema para a organização das matrículas e a escrituração escolar - Sistema de Gestão Escolar (SGE).

A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de sistema de gestão escolar (SGE) fará reconhecimento facial para aprimorar a qualidade e a modernização da rede estadual de ensino do Tocantins.

No novo SGE, o módulo acadêmico do sistema de gestão escolar está em fase de homologação para implantação. E deverá atender toda a demanda de gestão escolar no padrão FNDE – Censo.

Quanto à matrícula via sistema 0800, o SGE deverá atender todos os parâmetros demandados pela parte interessada, haja vista, termos uma sistemática já definida e utilizada desde 2012.

Vale ressaltar que o módulo acadêmico referente à frequência do aluno deverá ser por biometria facial ao adentrar na U.E. O sistema notificará o responsável quanto à presença ou ausência do discente na escola e emitirá relatórios operacionais para as áreas fins de acompanhamento do acadêmico.

A Superintendência de Educação Científica, Tecnológica e Profissional implementou o plano +Brasil Conecta – Tocantins que é uma ação de apoio à conectividade dos estudantes do novo ensino médio, conforme o diagnóstico realizado nas 494 escolas de toda a rede estadual, no ano 2021, contemplando toda a educação básica.

O Plano +Brasil e o TO LIGADO (nos municípios de Araguaína e Gurupi) são referências de investimentos e diagnósticos da Sincroniza Conecta (Anexo II) com configuração de notebooks, kits de conectividade para escolas, aquisição de laboratórios de informática, etc.

O recurso do +Brasil permitirá que a Seduc-TO adquira 1600 notebooks para professores da rede estadual que atuam no ensino médio e fundamental. A Seduc-TO realizará um diagnóstico de equipamentos de comunicação e informação dos professores, e a Superintendência de Educação Básica solicitará do censo o Relatório de Tecnologias da Informação das 294 escolas/EM - 2021.

Essa ação de infraestrutura tecnológica de aquisição de equipamentos e conectividade de apoio ao novo ensino médio prioriza alunos do cadunico, indígenas, quilombolas e estudantes ensino médio.

Público-beneficiado com o plano de conectividade +Brasil Conecta: 58.174 sim cards + pacote de dados móveis para estudantes do Novo Ensino Médio (prioridade para cadunico), 13.423 smartphones para estudantes indígenas, quilombolas (cadunico) e do ensino médio e fundamental, 1600 notebooks para professores de ensino médio e fundamental, 178 kits de conectividade para escolas de ensino médio e fundamental (estado e municípios).

Atendimento de todos os estudantes do ensino médio com sim cards + pacote de dados móveis, celulares, notebooks para professores pelo período de execução de 6 meses. A Seduc-TO tem interesse em dar continuidade ao Plano +Brasil para os anos de 2023/2024, assumindo como contrapartida a oferta de formação tecnológica de professores da rede estadual de ensino.

Valores: R\$ 38.687.020,59

- Terminais móveis para estudantes: R\$25.255.420,59
- Solução de conectividade para escolas públicas sem internet: R\$ 7.511.600,00
- Notebooks para professores: R\$ 5.920.000,00

O projeto TO LIGADO, do programa Iniciativa Educação Conectada - MEC/BNDES, investiu quase R\$ 7.000.000,00 em equipamentos tecnológicos para professores (notebooks) e estudantes (Chromebooks) em 49 escolas de ensino médio e fundamental da rede estadual de Araguaína e Gurupi. Beneficiando de 2019 até 2021, 35 mil estudantes e 1600 professores com formações em alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências com metodologias ativas no ensino fundamental, e aprendizagem baseada em projetos e protagonismo digital para estudantes e professores do ensino médio.

A Seduc-TO também investiu na criação de dois espaços de formação tecnológica de professores e aprendizagem criativa e maker em 02 (duas) escolas estaduais (nos municípios de Araguaína e Gurupi) que irão beneficiar todos os professores da rede pública de ensino do Tocantins com um espaço moderno e adaptado para cursos de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, formação de professores em eletivas, encubação de projetos de empreendedorismo digital de estudantes, e um espaço de pesquisa e experimentação para as universidades.

A partir de junho/2022, fará a implantação do LABCRIE (Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica) na Escola Estadual Professora Elisangela, na capital Palmas-TO. Já foi feita a adesão e está em processo de licitação pelo MEC para entrega dos equipamentos a partir de junho/2022. A Seduc-TO tem como contrapartida a realização de formação continuada para professores com foco nas Metodologias Ativas, assegurar o acesso à toda comunidade escolar, bem como, manutenção e suporte do LABCRIE.

Desta forma, a Seduc-TO contará no ano de 2022 com 4 centros de formação tecnológica de professores porque já possui um espaço tecnológico (Maker) de formação de professores localizado no endereço: ACSO 01, Conj. 04, Lote 21 Sala 01 – Plano Diretor Sul – Palmas /TO, Anexo Pinto e Franco da Seduc-TO, fomentando a formação continuada para toda a rede estadual de ensino.

14. DIAGNÓSTICO RECURSOS HUMANOS – NOVO ENSINO MÉDIO

A Secretaria Estadual da Educação, por meio da Superintendência de Gestão de Pessoas elaborou a Instrução Normativa nº 08, que trata da lotação de pessoal nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, publicada no Diário Oficial nº 5992, de 22 de dezembro de 2021, na qual foi destinada uma parte para atender as exigências do Novo Ensino Médio, do artigo 25 ao 30, foi normatizado o perfil dos professores e coordenadores de área (ANEXO III).

Segue planilha de Impacto Estimativo na Folha de Pagamento para Implementação do Novo Ensino Médio, no Período de 2022 a 2024.

IMPACTO ESTIMATIVO NA FOLHA DE PAGAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO PERÍODO DE 2022 A 2024

PROFESSORES REGENTES + COORDENADORES DE ÁREA					
SÉRIES	QTD. TURMAS	CUSTO MENSAL PROFESSOR	CUSTO MENSAL COORDENADOR DE ÁREA	TOTAL MENSAL	CUSTO ANUAL
PRIMEIRA SÉRIE - ANO 2022	108	525.920,00	295.869,47	821.789,47	10.954.453,61
PRIMEIRA/SEGUNDA SÉRIE - ANO 2023	216	1.052.448,00	592.080,98	1.644.528,98	21.921.571,32
PRIMEIRA/SEGUNDA/TERCEIRA SÉRIE - ANO 2024	316	1.534.592,00	863.323,16	2.397.915,16	31.964.209,13

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas , Seduc-TO , 19 de outubro de 2021.

Ações 2022

- Realizar monitoria sobre execução e acompanhamento do planejamento de investimento na folha de pagamento e adequações necessárias, pela equipe técnica responsável.

A Secretaria Estadual da Educação vem buscando se adequar para atender as Escolas da Rede Estadual de Ensino, com os profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, inclusive encaminhou para a Casa Civil, o Parecer Técnico 01/2022/DGP, de 31 de janeiro de 2022, o qual solicitou a inclusão dos cargos de Psicólogo e Assistente Social no corpo da Lei nº 3.422, conforme instrução da Lei nº 13.935, na área da Educação, de 11 de dezembro de 2019, art. 1º - “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”, sendo a remuneração mensal de R\$ 3.069,71 (três mil sessenta e nove reais e setenta e um centavos), para publicação (ANEXO IV).

14.1 Orientações sobre o papel e o perfil do professor do Novo Ensino médio

O educador do Novo Ensino Médio deixa de ser o mero transmissor de conhecimento e passa a assumir a função de facilitador, mediador/colaborador dos processos de aprendizagens com um perfil articulador e acolhedor, sendo

capaz de inspirar e apoiar o jovem na construção de sua identidade proporcionando a ampliação e consolidação de valores e princípios necessários à vida pessoal, social e produtiva dos estudantes em prol do seu projeto de vida e incentivando do protagonismo juvenil.

Em linhas gerais, o protagonismo não significa que o estudante vai estar apto a seguir as suas vontades individuais, sem qualquer tipo de questionamento ou limite. Isso porque, mais do que estimular a participação do discente no cotidiano escolar, o professor vai conduzi-lo para que siga um propósito inteligente e adequado às suas necessidades e objetivos de vida, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias no século atual.

Possibilitando maior autonomia dos estudantes na parte flexível do currículo, o professor de itinerários formativos vai oportunizar e conduzir o estudante na análise de problemas, situações e acontecimentos dentro de um contexto real, utilizando os conhecimentos presentes em diversas áreas. Ele deve desafiar e estimular os jovens, mobilizando questionamentos e hipóteses, dúvidas e certezas temporárias, imputando nos estudantes a necessidade pela busca de respostas, sendo eles os próprios empreendedores dessa busca.

14.2 Carga horária dos professores

Para realizar a lotação dos professores a escola deve analisar detalhadamente a Carga Horária Total de cada componente curricular e a Jornada de Trabalho Mensal dos professores que irão ministrá-los; considerando que cada professor cumpre, no máximo, 180 horas/mês, distribuídas em regência, hora/atividade e livre docência.

No exercício de distribuição da carga horária dos Itinerários Formativos entre os professores a escola deve observar informações como as exemplificadas abaixo:

- Distribuição da carga horária dos itinerários Formativos:

Nome do componente	Título	Área de Conhecimento	Aprofundamento Curricular da FGB	C H TOTAL (por	Nº de h/a semanais	Professores que podem
--------------------	--------	----------------------	----------------------------------	----------------	--------------------	-----------------------

curricular			nos Componentes Curriculares de:	componente curricular)		ministrar:
Trilha de Aprofundamento	Cultura Digital na vibe das redes	Linguagens e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física.	400h/a	Conforme Estrutura Curricular	Licenciados em: Letras c/ habilitação em Língua Inglesa; Arte e Educação Física.
Eletiva:	“O corpo na ponta do lápis”	Matemática e suas tecnologias Ciências da Natureza e suas tecnologias Ciências Humanas e sociais aplicadas Linguagens e suas tecnologias	Português Inglês / Espanhol, Matemática, Biologia, Química, História, Geografia.	40h/a	Conforme Estrutura Curricular	Licenciados em: Letras c/ habilitação em Língua Inglesa/ Espanhol; Matemática; Biologia; Química; História; Geografia.
Projeto de Vida	Conforme a criatividade de cada professor. Deve ser interessante e significativo para os estudantes	1ª Série/NEM: Foco nas dimensões pessoal e social	2ª Série/NEM: Foco nas dimensões pessoal e profissional	3ª Série/NEM: Foco na dimensão profissional	Considerar para Perfil do Professor: - Ética profissional, engajamento com as juventudes, relações interpessoais positivas, criatividade, dentre outras que corroborem para os resultados almejados.	
Possibilidades de realização de projetos integradores			Observação: Os projetos integradores perpassam por todo o currículo e as temáticas contemporâneas transversais escolhidas pela escola, podem ser trabalhadas nos módulos das Trilhas, nas Eletivas, na Unidade Curricular Projeto de Vida, durante as Aulas			

	Presenciais e Não presenciais dos componentes curriculares das 4 áreas de conhecimento; enfim, devem ser ofertados de forma transversal, fomentando a inter e transdisciplinaridade dos componentes curriculares, com vistas à formação integral e cidadã dos estudantes.
--	---

Para a implementação do Programa Recomposição de Aprendizagens (Recomeçar) e das mudanças curriculares do Novo Ensino Médio, as aulas semanais serão distribuídas considerando: 1º SEMESTRE/2022 – (Programa de Recomposição das Aprendizagens “Recomeçar” - até julho/2022 – Tabela 1) e 2º SEMESTRE/2022 (Reordenamento, a partir de agosto/2022 – Tabela 2) - conforme exemplificado na tabela abaixo:

Tabela 1:

COMPONENTES CURRICULARES	AULAS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
Formação Geral Básica (BNCC) e Programa Recomposição de Aprendizagens (PRA)	1ª	PRA	(IF)	(IF)	(IF)	(IF)
	2ª	PRA	PRA	PRA	(IF)	PRA
	3ª	PRA	PRA	PRA	PRA	PRA
Itinerários Formativos (IF) – Novo Ensino Médio	4ª	(IF)	PRA	PRA	PRA	PRA
	5ª	(IF)	PRA	(IF)	PRA	(IF)
Observações						
<ol style="list-style-type: none"> 1. A escola deverá ofertar semanalmente 9 aulas de forma Não Presencial, sendo 4NP da FGB e 5NP dos IF (Unidade Curriculares: Projeto de Vida e Eletivas) para integralizar as 30 horas/aulas previstas, semanalmente, na Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio; 2. A coordenação pedagógica deverá organizar o horário escolar de forma que os estudantes realizem os IF em horários simultâneos (para evitar “ócios” no decorrer do período letivo). 3. A escola deverá informar cada estudante e/ou responsável como os docentes ofertarão as aulas Não Presenciais em cada semana. 4. Deve considerar, também, os direitos legais de cada professor em relação ao quantitativo de atividades NP nos “Plantões Pedagógicos” para o atendimento aos estudantes, em conformidade com a jornada diária, semanal e mensal de cada educador (horas de lotação). 5. Este exemplo foi feito aleatoriamente. Cada escola deverá organizar o horário das aulas de acordo com a realidade local. 						

Tabela 2:

COMPONENTES CURRICULARES	AULAS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
Formação Geral Básica (FGB)	1ª	(IF)	(FGB)	(FGB)	(FGB)	(IF)
	2ª	(FGB)	(FGB)	(IF)	(IF)	(IF)
	3ª	(IF)	(FGB)	(FGB)	(IF)	FGB)
Itinerários Formativos (IF)	4ª	(FGB)	(IF)	(FGB)	(FGB)	(FGB)
	5ª	(FGB)	(FGB)	(IF)	(FGB)	(FGB)

Observações:

6. A escola deverá ofertar semanalmente 9 aulas de forma Não Presencial, **sendo 4NP da FGB e 5NP dos IF (Unidade Curriculares: Projeto de Vida e Eletivas)** para integralizar as 30 horas/aulas previstas, semanalmente, na Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio;
1. A coordenação pedagógica deverá organizar o horário escolar de forma que os estudantes realizem os Itinerários Formativos em diferentes horários, evitando que os IF fiquem apenas nas últimas aulas de cada dia letivo.
2. A escola deverá informar cada estudante e/ou responsável como os docentes ofertarão as aulas Não Presenciais em cada semana.
3. Deve considerar, também, os direitos legais de cada professor em relação ao quantitativo de atividades NP nos “Plantões Pedagógicos” para o atendimento aos estudantes, em conformidade com a jornada diária, semana e mensal de cada educador (horas de lotação).
4. Este exemplo foi feito aleatoriamente. Cada escola deverá organizar o horário das aulas de acordo com a realidade local.

14.3 Monitoramento e avaliação da aprendizagem no Novo Ensino Médio

Para o docente, as avaliações visam contribuir no diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem. Os dados obtidos por meio delas propiciam o embasamento do planejamento das próximas aulas. Por isso, o acompanhamento precisa ser constante, com estabelecimento de metas e abertura ao diálogo com os estudantes, que devem ter participação ativa também nesse momento.

Na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos, a avaliação da aprendizagem de cada estudante estará pautada no desenvolvimento de Competências Gerais e Habilidades Específicas elencadas no planejamento

bimestral de cada professor, segundo as normas dos sistemas e redes de ensino.

Vale destacar que na Formação Geral Básica os Componentes Curriculares são avaliados por meio de avaliações diagnósticas, formativas e somativas para a composição das notas ou conceitos avaliativos.

Já a parte flexível do currículo, ou seja, as unidades curriculares: Projeto de Vida, Eletivas e Trilhas de Aprofundamento, não reprovam e também não exigem a atribuição de notas. Assim, os registros no SGE devem contemplar o número de aula, frequência, conteúdos, desenvolvimento de competências e habilidades e observações referentes à qualidade da entrega do produto final exigido ao estudante.

Ações 2022

- Realizar o monitoramento contínuo do desempenho escolar dos estudantes nos momentos de formação continuada ou nas reuniões de trabalho, para repensar, refletir, discutir e debater, de forma democrática e coletiva, a organização dos processos avaliativos que serão adotados na escola, registrando-os no Projeto Pedagógico (PPP), conforme as orientações dispostas nas págs. 56 a 63 do Caderno 1 – DCT-TO, etapa Ensino Médio.

15. DIAGNÓSTICO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – NOVO ENSINO MÉDIO

Considerando que a implantação do Novo Ensino Médio nas unidades escolares requer um aumento no tempo de permanência do aluno na escola, entrando às 7:15h e saindo às 13:15h, e que alguns moram distantes, recomenda-se que seja fornecido um almoço, além do lanche já servido nas escolas de tempo parcial.

Contudo, essa oferta dependerá da inclusão de um valor per capita nos repasses financeiros. Em conformidade com a PORTARIA- SEDUC Nº 208 de 05 de fevereiro de 2021, o valor atual do repasse do tesouro estadual para o ensino integral é de 2,60 e para o parcial de 0,60, assim o valor equivalente ao

almoço é de 1,40, de modo que o repasse para os alunos do ensino médio deverá ser em torno de 2,00.

É importante ressaltar que além da contrapartida estadual, será necessária uma atualização nos valores repassados pelo FNDE, incluindo a nova modalidade.

Ressaltamos ainda que a maioria das unidades escolares não possui utensílios e equipamentos necessários para oferta de almoço, muitas relatam o mau estado de conservação, quantidade insuficiente e/ou ausência de itens como pratos, talheres e panelas, conforme levantamento realizado junto as DRE's disposto na tabela 1 (Anexo V).

Diante do exposto, sugerimos que as unidades escolares sejam orientadas a fornecer essa 2ª refeição e nas escolas onde há possibilidade do fornecimento do almoço, que ele seja ofertado, já as que ainda não conseguem ofertar almoço que façam um lanche mais elaborado até organizar a estrutura mínima necessária para fornecimento de almoço.

No entanto, a previsão no PPA 2022 de R\$ 24.895.000,00 (Vinte e quatro milhões oitocentos e noventa e cinco mil reais) para aquisição de aparelhamento de sala de aula equipamentos, mobiliários e utensílios de cozinha.

15.1 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para a Dimensão da Alimentação Escolar para Implementação do Novo Ensino Médio (PLI), a Gerência de Alimentação Escolar – Seduc/TO apresentou como as informações abaixo relacionadas:

1. O Governo do Estado do Tocantins, sensibilizado com a demanda da Alimentação Escolar aumentou de forma considerável a complementação do valor da *per capita* por modalidade de Ensino do Programa Nacional de Alimentação Escolar- TO, reajustado conforme Portaria - SEDUC Nº 253, de 15 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 6033, de 21 de fevereiro de 2022, (Anexo VI).

2. O aumento da *per capita* por modalidade de ensino se caracteriza como o maior já registrado no Estado, causando um impacto anual de R\$ 18.644.376,00 (Dezoito milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais), saindo de um orçamento/2021 de R\$ 26.268.012,00 (vinte seis milhões, duzentos e sessenta e oito mil e doze reais) para um orçamento/2022 de R\$ 44.912.388,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e doze mil, trezentos e oitenta e oito reais) para a MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, na fonte 500.0000, do Tesouro Estadual;

3. Para se chegar a este valor esta entidade executora do PNAE/TO levou em consideração a Resolução CD/FNDE Nº 06, de 08 de maio de 2020 e Resolução nº 20, de 02 de dezembro de 2020, que trouxeram alterações nas recomendações nutricionais, do aumento dos gêneros alimentícios, na implementação do Novo Ensino Médio (PLI) e do custo médio dos cardápios encaminhados pelas Diretorias Regionais de Educação – DRE, o que culminou no aumento considerável do valor dos cardápios;

4. Importante destacar que a última atualização na *per capita* efetuada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE data de 2017, conforme se verifica na Resolução CD/FNDE/MEC Nº 1, de 8 de fevereiro de 2017, que altera o valor *per capita*, não obstante as recomendações nutricionais vêm sendo elevadas, o que impacta diretamente no valor do cardápios;

5. Para implementação do PLI apresentamos projeção do valor financeiro referente à Dimensão da Alimentação Escolar no atendimento aos estudantes do ensino médio para os anos de 2022, 2023 e 2024;

6. No presente exercício (2022) já estamos atendendo um percentual de 26% (vinte seis por cento) e estamos projetando para 2023 um acréscimo de 10% (dez por cento) e para o ano de 2024 um acréscimo de 14% (quatorze por cento), totalizando um crescimento na Implementação do Novo Ensino Médio (PLI) de 50% (cinquenta por cento).

Conforme documentos do (Anexo VI) - da Gerência de Alimentação Escolar - GAE/Seduc/TO, o Impacto Financeiro para Manutenção do Programa de Alimentação Escolar com Recursos do Tesouro Estadual em 2022 a 2024 é de R\$ 39.187.599,00 (Trinta e nove milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais) sendo: R\$ 27.451.180,00 em 2022; R\$ 5.186.338,00 em 2023 e R\$ 6.550.081,00 em 2024, para o atendimento abaixo detalhado:

- ✓ Valor Per capita/aluno 2022: R\$ 27.183.000,00 do Tesouro Estadual e R\$ 18.000.000,00 do Governo Federal, totalizando R\$ 45.183.000,00 em 2022;
- ✓ Projeção da per capita/aluno para atendimento em 2023 e 2024 com recursos do TESOURO ESTADUAL no valor total de R\$ 10.838.016,00, sendo R\$ 4.795.728,00 em 2023 e R\$ 6.042.288,00 em 2024;
- ✓ Monitoramento, avaliação e orientação da execução física, nutricional e pedagógica do programa de alimentação escolar/ UTEAE/ DRE nas unidades escolares, inclusive escolas indígenas e quilombolas no valor de R\$ 210.000,00 em 2022 e Projeção de valores para 2023 (R\$ 315.000,00) e 2024 (R\$ 409.500,00) no total de R\$ 934.500,00;
- ✓ Realização de avaliação nutricional dos alunos das unidades escolares em 2022 (R\$ 58.180,00), 2023 (R\$ 75.610,00) e 2024(R\$ 98.293,00), totalizando R\$ 232.083,00.

15.2 Diagnóstico Recursos para Transporte Escolar – Novo Ensino Médio

Após análise da arquitetura de rede adotada e a formalização da estrutura curricular para atender a etapa do ensino médio, constata-se que não haverá sexto horário e/ou contraturno nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Logo, a Seduc-TO permanecerá com a mesma frota de ônibus escolares, na Implementação do Novo Ensino Médio, no período de 2022 a 2024.

O atendimento do transporte Escolar aos estudantes da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, nos 139 municípios do Estado do

Tocantins é realizado por meio de parceria entre estado e municípios (Convênio) e por Empresa Terceirizada (processo licitatório por Km rodado).

Atualmente, o Tocantins tem um total de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) rotas de transporte escolar em todo o estado. Todas são atendidas exclusivamente por empresa terceirizada considerando os estudantes de 34 municípios, nos turnos matutino, vespertino e noturno. Os carros rodam uma média de 38.000 km/dia e aproximadamente 763.000 km/mês nas rotas terceirizadas.

O valor previsto no PPA/2022 para o atendimento no ano de 2022 nas rotas terceirizadas é de R\$ 77.097.851,00 (Setenta e sete milhões, noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais) para o atendimento de 19.000 (dezenove mil) estudantes da Educação Básica, da zona rural e semiurbano, em 2022. Desse valor, é pago com o recurso do FNDE R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões) e com recurso do Tesouro Estadual: R\$ 27.097.851,00 (Vinte e sete milhões, noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais).

Nos 131 municípios em que o atendimento é por parceria entre o estado e municípios, o valor per capita por aluno transportado é de R\$ 15,00 (Quinze reais). O valor previsto no PPA/2022 é de R\$ 62.702.575,00 (Sessenta e dois milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais) para o atendimento de aproximadamente 17.000 (dezessete mil) estudantes.

No PPA/2022 há previsão para aquisição de ônus escolares no valor total de R\$ 973.412,00 (Novecentos e setenta e três mil, quatrocentos e doze reais).

Assim, o total previsto para o atendimento de aproximadamente 36.000 (trinta e seis mil) estudantes com o transporte escolar no ano de 2022 no estado do Tocantins é de R\$140.773.838,00 (Cento e quarenta milhões, setecentos e setenta e três mil, e oitocentos e trinta e oito reais), dos quais R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões) é recurso do FNDE e a Contrapartida do Estado é de R\$ 90.773.838,00 (Noventa milhões, setecentos e setenta e três mil, oitocentos e trinta reais).

Destaca-se que nas rotas mais distantes o atendimento diário do transporte escolar no Tocantins inicia às 3h da manhã e encerra por volta de 1h da manhã do dia seguinte para atendimento aos três turnos letivos.

Desta forma, é válido destacar que na logística de atendimento, o estado tem os seguintes desafios:

- Horário de saída dos estudantes de suas residências. Há estudantes do turno matutino que saem de casa às 3h da manhã para estar na escola às 7h 20min. No vespertino saem de casa às 10h da manhã para estar na escola às 13h e no noturno saem de casa às 15h para estar na escola às 19h. E para o retorno dos estudantes do noturno ocorre caso de encerramento até 1 hora da manhã seguinte, dependendo da rota/distância percorrida;
- Em 02 municípios no estado que as rotas não chegam até as residências dos alunos necessitando que os estudantes se desloquem de canoas ou barcos até o ponto da rota em que o carro consegue chegar;
- As condições inadequadas das estradas impossibilitam os veículos de transitarem até onde residem os estudantes das zonas rurais e muitas vezes os estudantes têm que fazer percursos significativos sob o sol ou chuva.

Ações 2022-2024

- Realizar monitoramentos periódicos dos serviços prestados aos estudantes que utilizam o transporte escolar;
- Verificar periodicamente se as rotas ofertadas pela Seduc-TO e parcerias estão em consonância com as exigências para o atendimento da etapa do Ensino Médio;
- Fomentar investimentos para ampliação da frota existente, visando melhor atendimento aos estudantes do Ensino Médio da rede estadual de ensino.

15.3 Diagnóstico Recursos para Infraestrutura e Suporte – Novo Ensino Médio

A rede estadual de ensino possui um total de 494 escolas que atendem a comunidade, o governo do Tocantins, por meio da Seduc-TO vem investindo

na melhoria das instalações das escolas estaduais em todas as regiões do estado. O resultado é um robusto volume de obras e em espaços escolares com mais conforto e segurança.

Em 2021, foram aplicados R\$ 27.246.557,62 (Vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos) em 14 Unidades Escolares que farão parte do programa Novo Ensino Médio – NEM. Além disso, 12 Unidades Escolares encontra-se com obras em andamento, com previsão de conclusão no corrente ano, no qual Estado por meio da Secretaria da educação está investindo o valor de R\$ 59.766.713,89 (Cinquenta e nove milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e treze e oitenta e nove centavos) para reformas, adequações e/ou ampliação.

Exemplos são as 05 obras de construção de Escolas de Tempo Integral PADRÃO 1.500 alunos nos municípios de Araguatins, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Araguaína e Palmas, que estão em andamento dentro do cronograma previsto, com previsão de término no corrente ano.

Não obstante, há em tramites licitatórios um montante de R\$ 48.125.370,17 (Quarenta e oito milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e setenta reais e dezessete centavos), para atendimento de 43 escolas, contendo serviços de reformas, adequações e/ou ampliação.

Para os seguintes anos a Seduc-TO estima aplicar R\$ 72.050.000,00 (Setenta e dois milhões e cinquenta mil reais) em posteriores ampliações, intervenções e melhorias em 43 unidades.

Ante ao exposto, informamos que esta pasta tem priorizado investimentos / melhorias na estrutura física das diversas Unidades Escolares contempladas no Novo Ensino Médio, até o momento foram investidos em obras de infraestrutura nas Escolas a serem inseridas no programa NEM, cerca de R\$ 87.013.271,51, atendendo 26 escolas distintas, além disso, há o planejamento para posteriores obras, das quais estão em fase de elaboração / licitação, e estima-se um investimento de aproximadamente R\$ 120.175.370,17

(Cento e vinte milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e dezessete centavos), atendendo mais 86 escolas.

15.4 Diagnóstico Comunicação e Mobilização – Novo Ensino Médio

A comunicação é um dos aspectos a ser considerado na eficiência de conhecimentos, mudanças e melhorias nas escolas, beneficiando todos os públicos da comunidade escolar.

Para facilitar a aquisição de informações e entendimento do Novo Ensino Médio no sistema de ensino do Tocantins, estratégias com objetivo de entender, divulgar e comunicar passam a ser desenvolvidas no ano de 2022 se estendendo para 2024. Sendo uma temática complexa, o NEM precisa ser compreendido fortalecendo a confiança dos estudantes em relação ao momento atual.

Para reforçar as boas práticas, o Plano de Comunicação – Novo Ensino Médio propõe ações estratégicas através de meios de comunicação digital:

Objetivo 1 (janeiro a dezembro de 2022)

O que é?

– Produção de card e Vídeo sobre Mitos e Verdades. Objetivando desconstruir mitos e preencher lacunas de informações sobre o NEM, com uma linguagem coloquial, jovial, regional e de fácil entendimento;

- Como é, e como fica?

- Posts sobre a diferença de como era o ensino médio e novo ensino médio.

- Websérie – Produção de vídeo explicativos. De estudante para estudante e de professor para professor;

Não há custos previstos para essa ação, devido à produção ser da equipe da Seduc-TO através de *lives*.

Objetivo 2 (janeiro a dezembro de 2023)

Ao incluir todos os entes da comunidade escolar na discussão do Novo Ensino Médio, é necessário construir fluxos de diálogo entre os estudantes e o poder público, para que juntos possam contribuir com uma nova realidade educacional e colocar os estudantes como protagonistas.

- Papo resposta – Fazer uma roda de conversa em uma escola jovem Ação específica com alunos, professores e técnicos da Secretaria de Educação estabelecidos. Esta roda será gravada e esse será editado para ser divulgado.
- 13 rodas de dialogo - Nas 13 cidades sedes das Regionais de Educação, simultaneamente, entre os estudantes dos anos finais do ensino fundamental e médio, além de membros técnicos da DRE's ou da Secretaria da Educação.
- Após as 13 rodas de conversas, será feito em todas as unidades escolares com ensino estadual.

O custo previsto para essa ação é de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) no PPA/2023, em diárias de servidores da Seduc-TO.

Objetivo 3 (janeiro a dezembro de 2024)

- Como fazer?

Para que os estudantes possam colaborar na compreensão e divulgação do novo ensino médio, serão ofertadas oficinas virtuais sobre redes sociais.

- Oficinas de redes sociais – serão ofertadas lives ou eventos virtuais com oficinas sobre redes sociais, para que eles possam criar produtos de comunicação e disseminem em suas redes escolares ou da comunidade.
- Assuntos abordados: como criar redes sociais, quais as redes, quais as particularidades, quais os melhores produtos, como produzir vídeos e fotos.

Não há custos previstos para essa ação.

Meios de comunicação:

- ✓ Redes Sociais (instagram, facebook, twitter e youtube da Seduc-TO);
- ✓ E-mail marketing para o envio de todos os materiais;
- ✓ Site: Aba específica no site para incluir estes materiais (Observatório do Novo Ensino Médio – Site da Seduc-TO, com intuito de alimentar com informações sobre boas praticas, resultados alcançados, eventos, etc).

15.5 Diagnóstico de Parcerias Potenciais/ Perspectivas do Mundo do Trabalho - Novo Ensino Médio

O Documento Curricular do Território do Tocantins DCT-TO, etapa Ensino Médio - Etapa Ensino Médio define que na Formação Técnica e Profissional, os Itinerários Formativos trabalham habilidades análogas aos eixos estruturantes, em unidades curriculares específicas, as quais integram o Módulo de Formação para o Mundo do Trabalho, e ainda, as habilidades específicas previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (MEC, 2018).

As Trilhas de Aprofundamento do Itinerário de Formação Técnica e Profissional serão ofertadas nas unidades escolares que fizeram opção pela oferta, e naquelas unidades escolares específicas que já trabalham com a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, atendendo o interesse da comunidade escolar e considerando os aspectos de infraestrutura, de gestão de pessoas, arranjos produtivos locais e estrutura pedagógica mínima para oferta do curso ou itinerário almejado, conforme legislação específica. Considerando a Meta 11:

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, Prova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - 2015-2025); abordando todas as escolas incluindo as EFA's.

As Trilhas de Aprofundamento de EPT são de livre escolha do estudante, ofertadas em conformidade com as condições da unidade escolar e com a Estrutura Curricular da modalidade de ensino em que o estudante se matriculou.

Uma política educacional de tamanha complexidade como a do Novo Ensino Médio demanda o envolvimento de diversos setores da Secretaria. E a união dessas partes para o êxito da implementação é essencial, subsidiando a gestão com apoio técnico e informações de forma a se proporcionar uma visão holística para a tomada de decisão.

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da

expansão no segmento público. (Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, Prova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - 2015-2025); abordando todas as escolas incluindo as EFA's.

Dessa forma, visando à elaboração do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, do qual tem como universo de planejamento os anos de 2020 a 2023, solicita-se apoio da Superintendência de Educação Científica, Tecnológica e Profissional, como parte do processo, nos tópicos que seguem.

Objetivos:

- ✓ Promover a integração de políticas públicas voltadas à formação profissional nas unidades escolares que ofertam Ensino Médio e desenvolver iniciativas conjuntas das instituições parceiras, fortalecendo o ambiente educacional e o acesso ao conhecimento técnico e profissional.
- ✓ Desenvolver competências profissionais em diversas atividades do setor produtivo para suprir uma demanda por mão de obra qualificada e certificada.
- ✓ Contribuir para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Ações 2022- 2024

- ✓ Orientar em 2022, as unidades escolares que ofertam Itinerários Formativos da Educação Profissional Técnica quanto à reelaboração dos planos de cursos em consonância com o documento curricular.
- ✓ Realizar em 2022, a escuta/consulta aos estudantes e o levantamento de demanda em consonância com os arranjos produtivos locais e as condições de ofertas pelas unidades escolares.
- ✓ Monitorar e orientar em 2022 e 2024, 100% das unidades escolares que ofertam Itinerários de Formação Técnica Profissional.

- ✓ Realizar em 2022, levantamento de possibilidades de parcerias e propor parcerias ou acordo de cooperação para implantação de curso, realização de estágios e de atividades práticas.
- ✓ Monitorar e orientar em 2022 e 2023 as unidades escolares que ofertam Cursos Técnicos, com disciplinas em EAD, ensino híbrido ou atividades não presenciais, para garantir a qualidade da oferta e o cumprimento da carga-horária.
- ✓ Descentralizar recursos para aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos e insumos para as unidades escolares que ofertam Itinerário Formativo da Formação Técnica Profissional.
- ✓ Orientar e apoiar em 2022 e 2023 o planejamento na Execução dos estágios.
- ✓ Realizar em 2022, formação continuada para os gestores, assessores e técnicos da Educação Profissional lotados na Seduc-TO, DREs e Unidades de Ensino.
- ✓ Realizar em 2022 e 2023, formação continuada para os docentes que atuam na Educação Profissional.
- ✓ Realizar em 2022 e 2023, formação continuada para os docentes que atuam nas AEFAS que ofertam Educação Profissional.

Ações 2022-2025

Atualmente são ofertados cursos técnicos em 19 unidades de ensino, que passarão por ajustes nos Planos de Cursos para atender o que dispõe o currículo, em consonância com a reforma do Ensino Médio e com a BNCC, de modo a contemplar a arquitetura curricular, flexibilização, estabelecimento de parcerias, Projeto de Vida e o protagonismo juvenil.

- ✓ Para garantir a ampliação da oferta nas unidades escolares da rede, com a inclusão de Itinerários Formativos de Formação Técnica e Profissional, há um prognóstico de crescimento anual, com oferta de pelo menos 20% de vagas por ano, no período de 2022 a 2025.

TABELA I – CURSOS TÉCNICOS OFERTADOS NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO DO TOCANTINS

DRE	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	CURSOS
PALMAS	PALMAS	ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO	CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
			CURSO TÉCNICO EM CUIDADO DE IDOSOS
MIRACEMA	MIRACEMA DO TOCANTINS	COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - SANTA TEREZINHA	CURSO TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS
		ESCOLA ESTADUAL ONESINA BANDEIRA	CURSO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA
	TOCANTÍNIA	COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA	CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
		CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA XERENTE WARA	CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA
			CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA
COLINAS	COLINAS DO TOCANTINS	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA ZÉ DE DEUS	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
ARAGUATINS	AUGUSTINOPOLIS	COLEGIO ESTADUAL MANOEL VICENTE DE SOUSA	CURSO TECNICO EM INFORMATICA
	ESPERANTINA	ESCOLA FAMÍLIA AGRICOLA DO BICO DO PAPAGAIO PADRE JOSIMO	CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA
PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL	EFA-ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

			CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA
	MONTE DO CARMO	COLÉGIO ESTADUAL AGRÍCOLA BRIGADAS CHE GUEVARA	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
	PONTE ALTA DO TOCANTINS	COLÉGIO ESTADUAL ODOLFO SOARES	CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO
	NATIVIDADE	COLÉGIO AGROPECUÁRIO DE NATIVIDADE	CURSO TÉCNICO EM ZOOTECNIA
			CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
PEDRO AFONSO	ITACAJÁ	ESCOLA ESTADUAL ALMEIDA SARDINHA	CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO
ARRAIAS	ARRAIAS	ESCOLA ESTADUAL AGRÍCOLA DAVID AIRES FRANÇA-	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
TOCANTINÓPOLIS	TOCANTINÓPOLIS	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ CARNEIRO DE BRITO	CURSO TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL
GURUPI	GURUPI	COLÉGIO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS UNIDADE – PRESIDENTE COSTA E SILVA	CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL
	ARAGUAÇU	COLÉGIO ESTADUAL JOÃO TAVARES MARTINS	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	COLÉGIO ESTADUAL FAMÍLIA AGRICOLA JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
DIANOPÓLIS	ALMAS	COLÉGIO ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL AGROPECUÁRIO DE ALMAS	CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
			CURSO TÉCNICO EM ZOOTECNIA

16. Expectativas da Comunidade Escolar

Aplicação de questionários estruturados e realização de reuniões técnicas presenciais e on line com profissionais da educação básica para coleta de dados e informações quanto às expectativas da comunidade escolar sobre o novo currículo do Ensino Médio à luz da BNCC.

Aplicar questionários de diagnósticos acerca do Novo Ensino Médio para a comunidade escolar em 100% das escolas estaduais da Etapa do Ensino Médio.

17. Materiais Didáticos

Para prover à rede estadual e contribuir com efetivação da implementação do Novo Ensino Médio, foi elaborado e disponibilizado materiais didáticos alinhados ao novo currículo. Serão disponibilizados em forma de curadoria o Ementário de Trilhas de Aprofundamento, Portfolio Sugestivo de Eletivas, material de suporte para o professor de Educação Fiscal atualizado a luz da BNCC, elaborado em parceria com a Secretaria da Fazenda, e um Documento orientador de acordo com os Cadernos do DCT – TO, etapa Ensino Médio, em fase de elaboração pela Seduc – TO, com orientações de como utilizar o DCT-TO, bem como sugestões didático metodológico para as escolas. Está previsto no PPA/2022 a aquisição de equipamentos e material de apoio pedagógico as escolas no valor de R\$ 43.000.000,00 (Quarenta e três milhões de reais).

18. Cronograma Físico Financeiro

O cronograma geral elaborado contempla todas as dimensões, contendo os Planos de implementação do Novo Ensino Médio as ações que serão realizadas com prospecção de trabalho para 2022 e os dois próximos anos constando as ações, prazos e custos estimados, produtos gerados, relação de dependência (Anexo VII).



19. Anexos:

- Anexo I – Resultado das Escolas-piloto;
- Anexo II – Devolutiva do diagnóstico conectividade;
- Anexo III – instrução normativa 08;
- Anexo IV – Parecer Técnico de Inclusão dos cargos de Psicólogo e Assistente social;
- Anexo V – Diagnóstico Alimentação;
- Anexo VI– Complementação do valor da *per capita* por modalidade de Ensino do Programa Nacional de Alimentação Escolar – TO;
- Anexo VIII – Cronograma Físico Financeiro PLI-TO;
- Estruturas Curriculares NEM – 2022;
- Documento Curricular do Território do Tocantins – DCT-TO, etapa Ensino Médio – disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1GZbKSNyFA_m-GjtctPEJKAsGuuFwHXZj?usp=sharing
- Impacto estimativo na folha de pagamento para implementação do novo ensino médio no período de 2022 a 2024;
- Projeto de formação presencial /PAR;
- Ideb por Regional – 13 Diretorias Regionais de Educação.